



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - MÁFIA DAS ÓRTESES E PRÓTESES NO BRASIL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0881/15	DATA: 16/06/2015	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 15h15min	TÉRMINO: 18h22min	PÁGINAS: 108

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA - Ex-Assessor Técnico da Direção Regional dos Correios, no Estado do Rio de Janeiro. ALFREDO SANCHIS GRITSCH - Médico. NILVIO DE CAMPOS SEVERO - Médico.

SUMÁRIO
Anúncio de recebimento de expedientes. Deliberação de requerimentos. Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES
Há termos ininteligíveis. Houve intervenção fora do microfone. Inaudível. Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a cartelização na fixação de preços e distribuição de órteses e próteses, inclusive com a criação de artificial direcionamento da demanda e captura dos serviços médicos por interesses privados — Máfia das Órteses e Próteses no Brasil.

Eu gostaria de solicitar a todos os senhores e senhoras presentes silêncio, para que possamos iniciar a sessão. Deputado Dr. João, gostaria que V.Exa. pedisse ao seu interlocutor que contribuísse para o bom andamento da reunião da CPI.

Informo que se encontra à disposição dos Srs. Parlamentares cópia da ata da 23ª reunião, realizada em 11 de junho de 2015. Indago se há a necessidade da leitura da ata. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Solicito dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Dispensada a leitura por solicitação dos Deputados Dr. João e André Fufuca.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, submeto à votação a respectiva ata.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Expediente.

Comunico aos Srs. Deputados o recebimento dos seguintes expedientes: da Rede D'Or São Luiz S.A., solicitando dilação do prazo em 20 dias úteis e ainda esclarecimento sobre a requisição constante do Ofício nº 85, de 2015, desta CPI; da Sra. Débora Pereira da Silva, da Total Medic Comércio de Produtos Médicos e Odontológicos Ltda., em que requer cópia da integralidade dos documentos que instruem os autos do procedimento relativo a esta CPI, especialmente das notas taquigráficas do depoimento prestado pela petionária no dia 13 de maio de 2015; da Ortek Comércio de Instrumentos Ortopédicos e Cirúrgicos Ltda., em que encaminha notas fiscais do período de janeiro a maio de 2015; da Dra. Aline Dalmarco, OAB/SC 21.277, do escritório Nemetz & Kuhnen Advocacia, em que



informa não possuir procuração de qualquer cliente para receber intimações e que a intimação do médico Marco Juliano de Abreu poderá ser realizada formalmente no endereço que informa.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à audiência pública com os Srs. João Maurício Gomes da Silva, ex-Assessor Técnico da Direção Regional dos Correios, no Estado do Rio Janeiro, conforme Requerimento nº 70, de 2015; Alfredo Sanchis Gritsch, médico, conforme Requerimento nº 139, de 2015; Nílvio de Campos Severo, médico, conforme Requerimento nº 139, de 2015; e Marco Juliano, médico, conforme Requerimento nº 136, de 2015.

Após a oitiva dos senhores aqui já anunciados, nós haveremos de deliberar acerca de requerimentos protocolados até o dia de ontem. Vários desses requerimentos, eu insito com os Srs. e as Sras. Deputadas, devem ser votados ainda hoje, haja vista que a ida a Montes Claros, em Minas Gerais, na próxima quinta-feira, conforme programação desta Comissão, também depende da votação desses requerimentos. A oitiva de muitos dos senhores e senhoras em Montes Claros precisa da aprovação dos requerimentos.

Também quero informar que nós estamos tentando fazer uma reunião com o Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha. Nessa reunião, nós gostaríamos da presença expressiva dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas, para que possamos fazer um apelo a S.Exa. no sentido de prorrogar os trabalhos desta CPI por, no mínimo, 60 dias, tendo em vista a aprovação de vários requerimentos e a nossa ida a Montes Claros e também para que nós tenhamos prazo para a elaboração de um bom relatório, inclusive com as contribuições que ainda precisamos ter de vários segmentos que ficaram de remetê-las, mas até o presente momento ainda não tiveram tempo de fazê-lo, e também para que, nesse lapso de tempo, nós tenhamos os documentos já solicitados, através de requerimentos, como notas fiscais de várias empresas.

Como na próxima semana, vamos ter as festividades alusivas a São João, que culturalmente são muito fortes na Região Nordeste do País, e também que há muitas matérias a serem votadas na próxima semana e como deverá haver ausência das Sras. e dos Srs. Deputados que representam os Estados nordestinos nesta



Casa, nós vamos, também, ter um entendimento com o Presidente da Casa para verificar como vai ser a condução dos trabalhos na próxima semana.

Caso a Presidência diga que os trabalhos vão ser normais, que haverá votação na próxima semana, nós haveremos de convocar oitivas para os próximos dias 23 e 24, a fim de darmos celeridade ao processo, devido principalmente à conversa preliminar que tivemos com o Presidente Eduardo Cunha, que, em primeiro momento, disse da negativa de prorrogação desta Comissão, dizendo que há um acordo de Lideranças no sentido de que a única CPI que poderia ter prorrogação seria a CPI da PETROBRAS. E vários requerimentos, que já preencheram todos os critérios para a formalização de Comissão Parlamentar de Inquérito, encontram-se em andamento na Casa, no mínimo com sete pedidos. E nós precisamos finalizar esta CPI para que novas CPIs sejam criadas.

Eu estou dando essas informações aos Deputados para dizer — e hoje de manhã já tivemos uma reunião interna da Comissão — que nós já estamos deliberando datas para que tenhamos um cronograma até o dia 17 de julho, que é a data limite para a finalização da CPI, caso não haja prorrogação.

Até o dia 2 ou dia 3, nós haveremos de ter o relatório preliminar já concluso, para que ele sofra intervenções, aditivos ou supressões, das Sras. e dos Srs. Deputados, para que votemos o mais tardar no dia 16, que deverá ser o último dia do período legislativo, antes do recesso parlamentar, caso não haja — volto a frisar — prorrogação. Nós estamos fazendo esse apelo também. Hoje há vários requerimentos, e, tão logo terminem as oitivas, nós votaremos os requerimentos.

Como de praxe, mais uma vez nós queremos aqui ler os procedimentos que sempre nortearam o nosso trabalho: A palavra será concedida ao convocado, que terá o prazo de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado; concluída a sua manifestação, será concedida a palavra ao Relator e aos Sub-Relatores, em seguida, aos demais Deputados, observada a ordem de inscrição, para, no prazo de até 3 minutos, cada um interpelar o convocado; o convocado somente poderá ser interpelado sobre o tema objeto dos termos da convocação formulada por esta CPI; a lista de inscrição para as interpelações encontra-se à disposição dos Srs. Deputados na mesa de apoio; é permitida a



permuta de inscrição entre os Deputados, mas os que não se encontrarem presente na hora da chamada perderão a inscrição.

Esta Presidência consulta os Srs. Parlamentares sobre a possibilidade de se formar blocos de perguntas, com cinco participações cada, e dispensarmos a réplica e a tréplica referidas no art. 256, § 5º, conforme a condução de todas as 23 sessões anteriores.

Solicito, ainda, que sejamos breves para que todos os inscritos possam fazer uso da palavra.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. João Maurício Gomes da Silva, ex-Assessor Técnico da Direção Regional dos Correios, no Estado do Rio de Janeiro, conforme Requerimento nº 70, de 2015.

Convido, também, o Sr. Alfredo Sanchis Gritsch, médico do Rio Grande do Sul, conforme Requerimento nº 139, de 2015.

Convido, também, o Sr. Nilvio de Campos Severo, médico, conforme Requerimento nº 139, de 2015.

O Sr. Marcos Juliano, médico, não se faz presente, mas há pouco justificou a sua ausência por *e-mail*, por meio de sua advogada, que informa que a solicitação não foi direta ao endereço dele. Ela fornece o endereço do médico e diz que o escritório que ela representa não tem nenhuma procuração para poder representá-lo e receber intimações.

Esta Presidência já tomou providências junto à Secretaria. Vamos fazer a solicitação direta ao médico, no endereço que já foi remetido a esta Comissão.

Eu solicito, também, a presença dos advogados. O advogado do Sr. João Maurício dispensa sentar ao lado do seu cliente.

Esta Presidência informa, ainda, que o Sr. João Maurício Gomes da Silva será ouvido na qualidade de investigado, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes a essa condição. Entretanto, informo que a colaboração de S.Sa. certamente elucidará fatos investigados por esta Comissão e terá efeito nas conclusões do nosso trabalho.

Concedo a palavra ao Sr. João Maurício Gomes da Silva, ex-Assessor Técnico da Direção Regional dos Correios, no Estado do Rio de Janeiro, que disporá de até 20 minutos para a sua intervenção.



O requerimento que deu origem à presença do Sr. João Maurício Gomes da Silva aqui é nº 70, de 2015, do Deputado Dr. João.

Ficou famosa a intervenção em um paciente do plano de saúde dos Correios. Essa cirurgia, segundo informações que chegaram a esta Casa, ultrapassou a cifra de 1 milhão de reais. Então, V.Sa. sabe muito bem o teor desta CPI que investiga a máfia das órteses e próteses no País. Já houve várias matérias publicadas, inclusive na Rede Globo de Televisão, no *Fantástico*, na revista eletrônica do *Fantástico*, e, além disso, várias outras matérias que hoje estão em todos os meios de comunicação do País.

V.Sa., Sr. João Maurício, também deve ter visto os episódios sobre Montes Claros, em Minas Gerais, episódios esses que têm conexão com o tema desta Comissão Parlamentar de Inquérito. V.Sa. poderá dispor de até 20 minutos para a sua intervenção e dizer a esta Comissão como foi o trâmite desse processo junto aos Correios, motivo da sua presença aqui nesta Casa, no dia de hoje.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Boa tarde. Boa tarde, Sr. Presidente e Sr. Relator. Vou ser breve não pelo pouco conteúdo, mas por não poder contribuir mais com esta Comissão, como eu até poderia fazê-lo com relação ao que fiz no acordo de delação premiada, até porque acredito que a minha presença nesta Comissão se deu mais pela matéria divulgada pela Rede Globo. O ponto principal foram as negociações e a parceria entre hospitais, médicos e as empresas de órteses e próteses. A questão dos Correios foi uma operacionalização diferenciada e isolada, não junto com o que foi demonstrado na matéria. Eu estou à disposição para as perguntas e vou tentar ajudar no que for preciso, assim como fiz no acordo de delação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Eu passo a palavra, imediatamente, ao Relator, Deputado André Fufuca, para fazer os seus questionamentos.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Boa tarde a todos.

Sr. João Maurício Gomes da Silva, ex-Assessor Técnico da Direção Regional dos Correios, no Estado do Rio de Janeiro, V.Sa. realizou delação premiada?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Sim.



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - V.Sa. participou de algum esquema criminoso nos Correios?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Eu participei, sim.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Qual foi a sua participação?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Eu fiz a interlocução do gerente com o diretor e a pessoa que estava fazendo a operação fora da empresa.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Quem era o gerente e quem era o diretor?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - O diretor era o Sr. Omar de Assis Moreira; e o gerente, o Sr. Marcos da Silva Esteves.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Certo. V.Sa. recebeu alguma vantagem financeira?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Qual foi o montante?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Ele girava, mensalmente, em torno de uns 15, 12 mil.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - E o gerente e o diretor recebiam quanto?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - A mesma quantia.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Vocês dividiam entre vocês a mesma quantidade?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Quais eram as empresas e os funcionários envolvidos no esquema criminoso? Como ele funcionava?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Funcionário, eu não sei, não posso informar, porque eu não tenho conhecimento, mas as empresas que estavam, na época, eram a Neurosurgical, Madrid, Vasculaine. O nome da outra empresa, se não me engano, era MEDFIX ou FIXMED.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - MEDFIX. Essa operação criminosa, da qual V.Sa. mesmo disse ter feito parte, envolvia os diretores, os gerentes, V.Sa., no caso, e também hospitais públicos e médicos, ou não?



**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não. Envolvia médicos, não hospitais públicos, só credenciados.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Quais eram os médicos? V.Sa. pode citar?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Que eu me lembre eram dois, com os quais eu tive pouco contato, mas cheguei a conhecê-los. Um era o Marcelo Costa, e outro não sei se era Gerson ou Sérgio Raad.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Eram ambos ortopedistas?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Um era buco; o outro era ortopedista.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Quais eram os hospitais públicos?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não, nenhum.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Nenhum?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não. Público, não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - E privado?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Privados eram o CEMIL, o Balbino e o Hospital Espanhol.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Esses três. Balbino?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Balbino, Hospital Balbino.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Quais os outros, por favor?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Espanhol e CEMIL.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - O.k. Como o esquema foi descoberto?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Através da cirurgia de coluna feita na dependente de um funcionário.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Qual foi essa cirurgia?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Foi uma cirurgia de quase 1 milhão.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Existiu a cirurgia de 1 milhão?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - A cirurgia existiu, mas não com aquele valor.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Quanto foi?



**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - A informação que eu tenho — eu não participei dessa negociação — é a de que o material foi vendido por sessenta e poucos mil e que foi superfaturado por uma terceira empresa, que veio a apresentar uma nota de quase 1 milhão para os Correios.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Eram comuns as cirurgias de 1 milhão ou de centenas de milhares?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - V.Sa. acabou de dizer que participava do esquema. No esquema do qual V.Sa. participava, era comum a realização dessas cirurgias?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Ou foi um caso à parte, uma exceção?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Foi um caso à parte.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Os outros não eram 1 milhão, eram centenas de milhares?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Por aí.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - E fica comprovado que, aos nossos olhos, era um caso de superfaturamento de cirurgias. E eu lhe pergunto: há também o uso de cirurgia de forma desnecessária?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Em nenhum dos casos?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Aquilo que vimos, há alguns dias, a prisão de várias pessoas, médicos, donos de empresas, entre outros, que faziam o uso de cirurgia desnecessária, inclusive roubando material para clínicas privadas, aconteceu em alguns desses hospitais?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Eu não posso lhe informar, porque não participei diretamente dessa negociação. Eu simplesmente fazia o papel de gestor com o Daniel, que era a pessoa que fazia a interlocução com os médicos e com os hospitais.



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - O senhor foi o único que fez delação premiada?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Satisfeito, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Passo a palavra ao Sub-Relator, Deputado Odorico Monteiro, do glorioso Estado do Ceará.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Sr. Presidente, eu considero que a maior parte das perguntas já foram feitas pelo Relator, Deputado André Fufuca.

Eu acho que a atitude dele de apresentar as respostas às questões que envolvem essa situação, que traz tanto prejuízo à saúde do povo brasileiro...

Eu quero parabenizar o Deputado Dr. João pelo requerimento. O Deputado Dr. João colocou várias vezes aqui essa questão dos Correios.

Eu considero que as questões mais importantes já foram respondidas. Vou liberar para que o requerente, o Deputado Dr. João, possa fazer as perguntas mais importantes. Se for o caso, eu volto novamente a fazer interrogações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Passo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Dr. João.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Boa tarde, Presidente, Deputados, Vice-Presidente.

Sr. João Maurício, eu acho que o nosso Relator André Fufuca foi muito feliz nos seus questionamentos, abrangeu quase tudo o que nós queríamos saber, mas eu quero, primeiramente, saber qual é a sua formação profissional.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Sou administrador.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Administrador.

A imprensa explorou muito os Correios do Rio de Janeiro. Qual foi o período em que você administrou o plano de saúde dos Correios do Rio de Janeiro?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Eu não fui administrador do plano de saúde. Eu era assessor da Diretoria Regional, e uma das minhas funções era acompanhar os processos da área de saúde.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Você, em momento nenhum, participou da administração?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não.



**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Eu pergunto: É verdade o que a imprensa publicou, que, durante o período em que você participou da Direção da Administração, houve um prejuízo aos Correios de 7 bilhões de reais no período de 2011 a 2013?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Bilhões, não, milhões. Milhões.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Sete milhões.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Foi mais um pouco.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Foi mais um pouco.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Foi mais um pouco por conta dos outros procedimentos que foram feitos, além das cirurgias.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Esse “mais um pouco” chegou a quanto?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Eu não sei o valor exato, mas, pelo processo, ele deve ter chegado a uns 12 ou 15.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Uns 12. Isso foi o prejuízo da estatal Correios, do Rio de Janeiro.

Sr. João, você me permite chamá-lo de João? Como é que se procedeu a essa cirurgia de 1 milhão de reais? Foi isso que me chamou à atenção para convocá-lo. No seu depoimento à Polícia Federal, você falou que autorizou essa cirurgia de 1 milhão. Foi dito que o cirurgião que efetuou essa cirurgia — eu queria saber o nome desse cirurgião — colocou, no prontuário médico, uma quantidade de cimento muito além do normal, coisa que não pode ser provada pós-cirurgia, porque essa massa não aparece nos raios X, nem na tomografia. E quanto a essa cirurgia de 1 milhão, você mesmo falou, na sua delação, que ela poderia ser feita, tranquilamente, por 200 mil reais.

Como é que se processou? Como se chegou a esse valor? Por quê? Qual o nome do médico-cirurgião que operou e que superfaturou esse prontuário médico?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Eu não autorizei a cirurgia, até porque não tinha competência administrativa para fazê-lo. Ela foi autorizada pelo então Gerente de Saúde da época. Toda ela se deu fora da empresa, toda fora da Gerência de Saúde dos Correios. Então, quando ela veio para os Correios, já estava toda pronta e modelada com aqueles valores. Inclusive, foram apresentados outros



dois valores superiores a esse. O terceiro valor foi o vencedor, vamos dizer assim, para se fazer a cirurgia.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Então, quem autorizou foi...

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - O Gerente de Saúde.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - ...o Gerente de Saúde da empresa dos Correios. Você sabe o nome dele?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Marcos da Silva Esteves.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Marcos da Silva?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Estêncio?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Esteves.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Esteves. Ele também participava das propinas?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Diretamente?

Esse médico efetuou... Qual foi a casa de saúde em que foi feita essa cirurgia?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Foi o Hospital Espanhol.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Hospital Espanhol, ali na Lapa, não é?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - É ali na Riachuelo, não é?

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Riachuelo, na Lapa. Hospital...

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Espanhol.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Espanhol, ali na Lapa mesmo.

Qual o nome do cirurgião, Sr. João?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Eu não lembro aqui, não. Não lembro.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - João, pelo que tenho conhecimento, você foi o único do Rio de Janeiro que negociou a sua delação premiada. Quais os benefícios que você está tendo com essa delação?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Na verdade, a questão da minha participação nesse processo se deu exclusivamente no adiantamento de numerários dos hospitais. Como se dava isso? O hospital apresentava uma fatura



para os Correios — é de praxe isso no mercado —, em 30 a 90 dias eram refeitas as revisões das contas e as contas eram pagas. No caso, o que nós fazíamos era apenas o seguinte: as contas eram apresentadas aos Correios, nós pagávamos em dia, para que o credenciado pudesse dar uma condição melhor de atendimento aos nossos credenciados. E com a continuidade disso, vieram os novos negócios que, na época, foram apresentados ao Daniel. E essas operações que estão no processo, que foram as questões de revisões de glosas, cirurgias e tabelas, isso foi uma operação à parte, à revelia. Eu tinha conhecimento que isso seria feito, mas não que já estava sendo feito.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Eu sei. Mas quais foram os benefícios que você, pessoalmente, teve com a delação premiada?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - A de ser excluído dos demais processos, em que, de fato, eu não tinha participação, apesar de saber que poderia acontecer, e a redução de pena, caso venha...

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Ser condenado.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Está ótimo. Outra coisa, vou repetir a pergunta. Qual foi a cirurgia? Foi coluna, não é isso que você falou?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Foi coluna.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Foi coluna. Foi colocado prótese, estabilizador...

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Foram parafusos.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Parafusos. É verdade que essa cirurgia poderia sair por 200 mil, no máximo?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Segundo o mercado, sim. Bem paga, bem paga, 200 a 300 mil.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Em seu depoimento à Polícia Federal, você falou que essa cirurgia poderia ser feita, no máximo, por 200 mil reais.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Sim. Eu não posso falar o valor correto, mas, por conversas com pessoas ligadas, eu disse que muito bem paga, 200, 300 mil. Muito bem paga.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Muito bem paga.



Outra coisa: você, que está envolvido nesse *métier* de material de hospitais federais, tem conhecimento, no Rio de Janeiro...

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - ..., de que materiais estão sendo destinados para algumas clínicas particulares, alguns planos de saúde particulares?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Não tem conhecimento?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não tenho.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Satisfeito, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Dr. João.

Com a palavra o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Sr. João Maurício Gomes da Silva, essa prática ocorria antes da sua participação? Você tem conhecimento se essa prática...

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não tenho conhecimento, não.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - ...de superfaturamento ocorreu em outras ocasiões?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Nos Correios, eu não tenho conhecimento, não.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Antes ou depois?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - A pessoa que foi submetida a essa cirurgia tinha conhecimento desse caso de superfaturamento da sua operação?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Que eu saiba, não.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Você teve contato com a pessoa, com o paciente, não?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não. Não.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - O hospital sabia desse tipo de operação?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - O hospital sabia.



**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Quem foram os sujeitos concededores do processo? Você?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Dentro dos Correios, quais foram as pessoas envolvidas?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - O Gerente de Saúde, o Diretor e eu.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Você tomou conhecimento disso ou você participou do esquema? Como foi a organização do esquema para superfaturar essa cirurgia?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Como eu havia dito aqui, nas questões das cirurgias, eu não tinha participação. Por quê? Porque nós tínhamos feito um cronograma que, para frente, seria feito um acordo com algumas empresas para elas se tornarem parceiras. Mas, na verdade, já estava sendo feito. Foi quando surgiu essa cirurgia, dentro dos Correios, com esse valor superfaturado.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Eu pergunto: essa situação já acontecia anteriormente?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Como é que "já estava sendo feito"? Eu não entendi a sua explicação.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Vamos lá. Elas foram feitas, foi como expliquei aqui: existia uma operação de que eu participava, que era o adiantamento dos numerários dos hospitais, que era o adiantamento dos numerários dos hospitais. Os hospitais apresentavam a nota, a gente pagava em dia aos hospitais para depois, numa revisão, da sua fatura. Isso eu tinha conhecimento. A questão das cirurgias, das tabelas e revisão de glosas já estavam sendo feitas sem o meu conhecimento.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Então isso já acontecia antes.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Estava acontecendo.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Estava acontecendo.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso.



**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Esse prejuízo de 12 milhões de reais que você disse que, eventualmente, tenha ocorrido nos Correios, foi em função de quais atividades, quais as práticas que aconteceram nesse processo de negociação?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - As cirurgias superfaturadas...

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - As cirurgias. Você está dizendo, portanto, quais são as cirurgias superfaturadas, antes, durante e depois desse...

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Nesse período de 2011...

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Considerando esse marco, essa cirurgia de 1 milhão de reais ocorreu em que período? Qual foi a data?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Foi em 2013.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Em 2013?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Primeiro semestre de 2013.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Então, de 2011 a 2013...

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não... Foi de 2011 a 2013.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - E depois dessa cirurgia?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Quando foi descoberto e quando foi denunciado esse fato?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Então, quando essa cirurgia deu entrada, no setor de liberação de cirurgia, dentro dos Correios, na seção que libera as cirurgias, internamente se criou muitas especulações pelo valor da cirurgia. Foi quando veio à tona o surgimento dela, da realização dela. E como ela havia sido feita de uma forma emergencial, que era uma das maneiras que eles usavam para fazer o procedimento mais rápido, ela deu uma passagem, dentro da gerência, que nenhuma outra cirurgia havia tido. Parece-me, se eu não me engano, que em apenas vinte e poucos dias, ou 16 dias, coisa assim, ela deu entrada, foi autorizada e paga.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - E o prejuízo anterior foi em função de que práticas? Também de cirurgias?



**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não, revisão também de cirurgia, mas revisões de tabela, revisões de glosa e...

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Auditoria.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Oi?

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Auditoria.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso, e...

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Quais foram os entes envolvidos nesse processo? Hospital, médico, enfermeiro, gerente, quais foram os que você tem conhecimento?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - O hospital que...

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Quais os hospitais?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Espanhol, Balbino, é... E depois apareceram outros de que eu não tinha conhecimento, o Hospital AMA, São Mateus, Casa de Saúde Bonsucesso... Ao todo, se eu não me engano, são 11, 12 hospitais.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Nesses hospitais, quais foram os sujeitos envolvidos diretamente da cirurgia? Médicos, enfermeiros, instrumentadores, gerentes do hospital, diretores de hospital...

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Na verdade...

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Quem foram os envolvidos?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Na verdade, por exemplo, no Espanhol, era o diretor direto, o Dr. Júlio. No Balbino, era um administrador, o Luciano, eu tinha essa informação. É aquilo que eu falo: as informações minhas vão estar um pouco deficientes porque eu não participava dessa negociação diretamente com a pessoa que estava fazendo... fechando o acordo com o Daniel.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - As pessoas que foram denunciadas nesse processo, além de você que fez a delação premiada, onde elas se encontram atualmente?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Eu não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Mas prestaram depoimento perante a Polícia Federal?



**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Um exemplo: o Omar, o ex-Diretor, foi afastado judicialmente, e o Marcos também está fora da ECT.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Mas eles foram, eles fizeram...

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Estão, estão todos como réu.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Como réu, neste processo.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Passo a palavra ao Deputado Walney Rocha.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Boa tarde, Sr. Presidente. O Relator já praticamente fez quase todas as perguntas, mas há algumas coisas que ficaram ainda um pouco a esclarecer. E eu gostaria de saber do Sr. João como é que se dava a cadeia do esquema da corrupção? Como era montado isso? O paciente procurava lá o médico credenciado, ou havia orientação de alguém para procurar o hospital? Como é que funcionava e por quem passava, passo a passo?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Então, como é que se dava? Na questão da cirurgia, propriamente dita, ela... O Marcos fornecia ao Daniel...

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Marcos é o Gerente de Saúde?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Ex-gerente de Saúde. Ele fornecia ao Daniel aquelas cirurgias que deveriam ser realizadas e estavam em espera dentro dos Correios. O Daniel, com o parceiro dele, na época, o Paulo, iam em busca dos pacientes e os direcionavam para os médicos que estavam juntos, dentro do esquema, numa segurança de fazer a cirurgia mais rápido. Ou seja, o paciente estava aguardando cotações, liberação administrativa das cirurgias, e eles com a garantia de estarem fazendo a cirurgia com uma velocidade maior.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Se não me falha a memória, você falou que os pacientes não sabiam...

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Mas como é que eles não sabiam? Eles não teriam que assinar o procedimento autorizando? E nesse procedimento



que assina a autorização de cirurgia não tem o valor que está sendo cobrado? Não tem esse valor? Não funciona dessa forma? Eles só assinam o procedimento que tem que ser executado e não tomam conhecimento do valor? Seria isso?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - O paciente nem assina o procedimento. Ele sabe que tem que fazer a cirurgia, o médico faz a indicação, o médico apresenta e indica o hospital que vai ser realizada a cirurgia. Aí como é que funciona a questão dos valores? Dentro dos Correios eu não sei hoje como está funcionando, mas antes como é que funcionava? O hospital apresentava uma folha pedindo a autorização da cirurgia, os Correios reenviavam, respondiam autorizando ou não. Autorizando, o hospital tinha que fazer as três cotações. Então, o hospital é que tinha esse trabalho de estar fazendo as três cotações.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Essas três cotações já organizadas para que desse tudo de maneira direcionada, não é isso?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso, isso.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Você falou aqui de um recebimento fixo, não é isso?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Sim

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - De 12.500, 12 mil reais, se não me falha a memória, entre você, o gerente e os diretores. Isso me causa um pouco de estranheza, porque a cirurgia vai variando de valor. Tem cirurgia de 100 mil reais, de 200 mil reais, de 500 mil reais, como tem de 1 milhão, como você falou, quase 1 milhão.

Você não acha muito estranho quem está montando esse esquema, quem está estruturando esse esquema ficar num valor fixo de 12 mil reais, já que você está sabendo e tá assinando uma cirurgia num valor de 1 milhão de reais?

E me causa estranheza, a não ser que me falhe a memória aqui, a matéria do jornal na época falando sobre... Vamos lá, você falou que o fixo era 12 mil mensais.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Deixe-me explicar para o senhor entender.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Só para eu fechar aqui, 12 mil mensais.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Ah, sim. É de 8 a 12.



**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Doze mil. Qual é o seu salário? Qual era o seu salário na época lá?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Era 12.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Doze mil, então, 24 mil reais. Eu não me lembro aqui — se eu estiver cometendo injustiça, eu quero reparar depois essa injustiça — que na matéria diz muito de viagens para o exterior com a família, dos valores que foram gastos naquela época, da reforma da estrutura da sua residência, de piscina, essas coisas todas, de compra de carros.

Eu não consigo entender e não cabe muito, pelo menos na minha cabeça, essa informação de 12 mil reais num negócio de 1 milhão de reais. Eu não acredito nisso. Eu acredito que tenha sido negociado em termos de percentuais e de valores que se foram discutindo para cada operação individualmente.

E outra coisa: aqui você falou sobre o gerente, que é o Marcos, e quem era o diretor na época?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Omar de Assis Moreira.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Como é o nome?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Omar de Assis Moreira.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Quem era o responsável direto? Quem era que cuidava de buscar o dinheiro? E também de que forma era feito o pagamento, era em dinheiro, era depositado? Como é que era feito?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Eu posso só esclarecer essa dúvida do senhor?

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Pode, pode.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - A reforma, a viagem, mudança de carros não foram minhas...

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Tanto que quando eu iniciei a conversa eu falei que se por acaso não for a sua... porque são tantas matérias no jornal e tantos nomes envolvidos que às vezes nos falha a memória, exatamente caso a caso. Então, eu retiro essa pergunta, porque não cabe essa pergunta a você.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Tranquilo. Foram do gerente de saúde. Com relação ao valor fixo, é aquilo que eu havia explicado aqui e tem isso também na delação. Ela se deu em dois adiantamentos de numerários dos hospitais,



não de cirurgias. Das cirurgias, de revisão de glosas, revisão de tabelas, essa eu não participei em nenhuma delas. O que eu falo das questões fixas era uma... porque elas variavam de...

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Você tinha uma ajudinha, não é? Você não participava lá da decisão final, você não participava dela, como era feita.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Deixe-me explicar melhor. Nós havíamos feito uma conversa, uma discussão que isso seria realizado, que esses procedimentos estariam dentro desse esquema. Porém, ele já estava ocorrendo sem que eu soubesse. Foi quando aconteceu a cirurgia de quase 1 milhão, e que veio tudo à tona, não só as cirurgias, mas também as revisões das tabelas e as revisões de glosas, que já haviam sido pagas já em 2011.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Esse dinheiro era pago em depósito, era *on-line*, era em dinheiro? No teu caso e também dos outros envolvidos, você sabe dizer alguma coisa?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Era em dinheiro.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Era em dinheiro. Você sabe me informar se teve alguma auditoria interna dos Correios?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Posterior, sim.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - E você sabe qual a solução e o andamento, no caso? Ela está conclusiva, já? Ela já está concluída a auditoria?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não, não. Não, não. Eu não tenho conhecimento, não.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Então, se não foi concluída, não teve nenhuma solução ainda, não teve nenhuma informação sobre essa questão, não é?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - É.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Sr. Daniel... Quem é o Sr. Daniel?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - O Daniel é um funcionário da Companhia de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Ah, ele não tinha nenhuma ligação com os Correios?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não, não.



**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Ele participava, ele era intermediário?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - O Daniel foi Diretor da CAC — Caixa de Assistência da CEDAE. E daí — nós nos conhecemos em 2002, aproximadamente — ele me propôs isso, em 2011, quando nós assumimos com eles.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Está bom, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. João. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - A Deputada Raquel Muniz está inscrita, mas como há precedência dos membros da Comissão, eu passo a palavra ao Deputado Silvio Costa, e depois eu a retorno à Deputada Raquel.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Mas eu gostaria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - O.k., Deputado Silvio.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - ... até porque eu sou um homem educado, e as mulheres sempre estão no meu coração.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Silvio Costa.

Deputada Raquel Muniz.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - Tomara que esteja também na votação pelas mulheres e na reforma política, também, todos vocês.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não! Na reforma política, não, porque isso aí é inconstitucional. A gente não pode pegar 150 lugares nesta Casa e dar para as mulheres. *“Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Esta Presidência gostaria que o assunto se ativesse ao objeto da Comissão.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - Sr. Presidente, quero parabenizar esta importante CPI, através do Presidente Geraldo e do nosso Relator, Deputado André. E quero dizer que estou triste e, ao mesmo tempo, sabendo que a minha cidade também vai ter a oportunidade de ser ouvida, para a gente esclarecer lá, como está sendo feito aqui hoje.

Em Montes Claros, infelizmente, há algum tempo, o gestor municipal colocou a necessidade do recurso que passa pelo SUS, que chega aos hospitais... que o



gestor não seja mero repassador. Que a gente entenda esse processamento. Então, mais uma vez, eu acredito que é preciso esclarecer isso.

E a minha pergunta diz respeito a isso. Fala-se muito nos médicos, nos profissionais envolvidos, mas é o hospital, enfim, que faz a nota fiscal. Eu gostaria de perguntar se o hospital também tinha ciência disso, e se, em nível de diretoria, os hospitais, através dos Correios e da sua liberação, tinham ciência disso também e se participavam desse esquema.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Sim. Os hospitais tinham uma taxa de comercialização que ficava em torno... em cima da nota, de 20% para o hospital.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - E como era isso? Era recebido em dinheiro, como você recebia nos hospitais?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não. Os hospitais faziam em nota mesmo, apresentando na nota global, que era apresentada em contas médicas. Era feito o pagamento das cirurgias internas junto aos demais procedimentos.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - Então, Sr. Presidente, mais uma vez, eu acredito que esta CPI tem que se atentar para essas questões também: efetivamente os hospitais também são envolvidos nesta máfia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - O.k.. Muito obrigado, Deputada Raquel Muniz.

Deputado Silvio Costa.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sr. João, o senhor é ex-assessor técnico da direção regional. O senhor foi indicado por algum Deputado Federal ou Deputado Estadual?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Ninguém?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor chegou lá por mérito?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Também.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Também. O homem que chamou o senhor lá, o ex-assessor técnico, o homem dos Correios, o cara que manda, foi indicado por algum Deputado?



**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Que eu tenha conhecimento, não. Ele foi indicado por...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Quer dizer que, no Rio de Janeiro, nos Correios, ele não foi indicado por nenhum Deputado?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso. Ele foi indicado pelo Presidente.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Que Presidente?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - O Wagner.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O Presidente Wagner, de onde?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Dos Correios.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Foi indicação do Presidente?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - E o senhor foi indicação dele?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Dele.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor acha que quantos anos vai pegar de cadeia?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Eu não faço ideia, até porque eu fiz uma colaboração, para que isso pudesse ser evitado.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Se o senhor fosse juiz — uma pergunta ao cidadão —, um homem que colaborou para matar pessoas, como o senhor colaborou para matar, o senhor daria quantos anos de cadeia?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Eu não colaborei para matar ninguém, senhor.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Colaborou, sim!

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Claro que colaborou! Ora, então agora eu quero saber o seguinte — aí nesta cadeira parece que só se senta inocente —: explique-me como o senhor roubava.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Eu não estou falando aqui que sou inocente.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não! Explique-me como o senhor roubava! Eu não quero saber! Explique-me como o senhor roubava! Eu ouvi um



bocado de pergunta agora, mas eu não entendi como era o roubo. Como é que o senhor roubava?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Eu expliquei aqui, assim como na delação premiada, que existiam alguns esquemas dentro da área de saúde. Uma delas, adiantamento de numerários das contas apresentadas; a outra...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Como é isso? Como é isso: adiantamento de...

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - O hospital teve os procedimentos do mês. Ele apresentava a nota aos Correios — e isso, assim como nos Correios e nos demais...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Ao fundo dos Correios, não é isso?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Ao fundo, não, aos Correios, porque os Correios ainda faziam a gestão da área de saúde.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Certo.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Agora é que já está dentro do Postal Saúde. Ele fazia... apresentava as notas de numerário do mês e apresentava... e os Correios, na figura do Marcos, autorizava o pagamento daquele mês, coisas que normalmente seriam...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Quem autorizava o pagamento?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - O Gerente.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Qual é o nome dele?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Marcos da Silva Esteves.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Este homem já foi chamado aqui? *(Pausa.)* Então, tem que chamar este homem aqui, este tal de Marcos.

Veja bem, quantos médicos participavam desse esquema? O senhor pode dizer o nome deles aí?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Que eu tive conhecimento, se eu me lembro, é o Gerson, ou Sérgio Hayashi e o Marcelo Costa.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Marcelo Costa e Gerson Hayashi?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso. Gerson ou Sérgio...



**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - E já foi chamado este povo para a CPI? (Pausa.) Felipe, vai anotando aí, por favor, para chamar esses condenados: o Marcelo, o Hayashi e este tal de Sérgio.

Diga-me uma coisa: eles procuravam diretamente o seu superior ou o senhor?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não. Eles não me procuravam. Nem a mim e acredito que também o meu superior, não. Como é que funcionava, vou tornar a dizer aqui: o Daniel, funcionário da CEDAE, que foi Diretor da CAC — Caixa de Assistência da CEDAE, é que fazia toda a interlocução fora Correios.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O Daniel armava o esquema com o hospital...

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - ...e aí o Daniel...

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Ou com médicos.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Ou com médicos. E o Daniel levava a nota, tipo assim, de 500 mil, mas só gastava 100 mil. É esse o esquema, mais ou menos?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não. Na verdade, vamos lá...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Já entendi. Quanto o seu chefe recebia de propina, o senhor sabe?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Eu cheguei a passar para ele, mensalmente, variando de 8 a 12.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Só?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso!

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - E como é esse negócio de 1 milhão? Quanto tempo esse roubo durou lá?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Vamos lá, eu vou explicar para o senhor, para não...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não, eu quero que o senhor explique a mim: quanto tempo este roubo durou?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - De 2011 a 2013.



**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Qual era a média de roubo mensal? Eu não quero saber quanto vinha para o senhor, de pagamento mensal, de roubo, lá?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Só vendo o processo, porque eu não tenho o volume, o valor que era pago das notas.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Mas a média: 1 milhão? Quinhentos mil? Sabe, não?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - É isso que eu estou falando para o senhor. Eu só estou querendo explicar da forma que eu sei explicar, na qual eu participei. Que este valor vinha dividido, já para mim, para o Marcos Esteves e para o Diretor Marcos.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - O Wagner participava?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Hã?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - O Presidente Wagner participava?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Que eu tenha conhecimento, não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Quem é esse Wagner, Relator.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - O Presidente, que ele falou aqui... O diretor que o indicou.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O Wagner, que indicou o senhor, não participava, não?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Que eu tenha conhecimento, não. Ele não me indicou, ele indicou o Omar.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O Omar. Aí não participava, não?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Que eu tenha conhecimento, não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sr. João, me diga uma coisa: quais eram os hospitais mesmo?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Balbino, Espanhol e CEMIL.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Esses hospitais foram convocados também?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Até agora, Deputado Silvio Costa, nenhum dos hospitais já citados tiveram requerimentos de autorias dos



Deputados para chamá-los aqui. Vários hospitais foram citados aqui. Há alguns Deputados que falam que temos que chamar este ou aquele hospital, e tudo, mas não chegou requerimento nenhum até agora, para que sejam convocados.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - Para Montes Claros eu fiz questão de pedir, viu, Sílvio?

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sim, Presidente, mas acontece que V.Exa. tem assessoria. E V.Exa. poderia, em nome da celeridade, todas as vezes que um Deputado pedir para convocar, a assessoria poderia preparar o requerimento imediatamente, ou o senhor ou o Relator poderia convocar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Mas nós...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - “Ó, meu irmão, convoca todos os hospitais, que eu assino requerimento.” Pronto!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Silvio Costa, nós dissemos, e estamos repetindo aqui: todos os Deputados que queiram fazer requerimento que procurem a assessoria dos Deputados. Tem a assessoria para que eles possam remeter... A assessoria da Comissão é para prestar serviço — e está abarrotada de serviço, porque há um volume enorme para que a gente possa conduzir bem esta CPI.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Eu posso continuar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Pode continuar

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Algum Secretário de Saúde do Rio de Janeiro estava envolvido no esquema?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Que eu tenha conhecimento, nenhum hospital de origem pública.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Nenhum?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Nenhum.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Diga-me uma coisa, Sr. João: o senhor apareceu no programa *Fantástico*?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Apareceu? O senhor assumiu — eu não me lembro —, na hora do programa, que fazia esse tipo de empreendimento lá?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Sim.



**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor fez delação premiada no *Fantástico*?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Delação premiada no *Fantástico*?

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não, assim, o senhor assumiu lá, disse: “*Não! Eu participei...*”.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Participei do esquema.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Ah, o senhor foi gravado sem saber, é isso?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não! No *Fantástico*, não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - No *Fantástico*, não?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não!

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Como foi que o senhor apareceu? Fiquei curioso agora, me explique. Como é que o senhor apareceu no *Fantástico*?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - O repórter entrou em contato comigo devido às matérias que já tinham sido aparecidas no jornal do Estado, lá no Rio de Janeiro, nós combinamos, e fizemos uma reportagem.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Entendo. Então, foi o início da sua delação premiada?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor quer chegar aonde com a sua delação premiada? Qual é a contribuição que o senhor quer dar com a sua delação premiada?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - A minha contribuição cessou o processo que estava tendo dentro dos Correios.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Parou lá?

*(O depoente acena positivamente.)*

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - E o senhor só tem conhecimento, efetivamente, nos Correios e em mais canto nenhum?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor só conhece esses dois médicos que citou aí, e mais nada?



**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Na verdade, eu estive com o Dr. Júlio, que não era o cirurgião. Ele era o administrador do Hospital Espanhol. E os outros dois eu tive conhecimento, por conta que o nome deles vieram para a área de cirurgia.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Agora, quando o presidente dos Correios — vamos chamar assim — tomou conhecimento, ele demitiu o senhor imediatamente?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Do (*ininteligível*)?

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor não é assessor técnico lá, não é isso?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Fui.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor foi...

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Havia lá o presidente, havia um cidadão que fazia o entendimento com o senhor... A minha pergunta é: assim que o presidente dos Correios de lá tomou conhecimento, ele demitiu o senhor, automaticamente, ou o senhor pediu demissão?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não, não! Ele me exonerou.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Ele o exonerou.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso. Mesmo participando, ele me exonerou.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Ah, e o presidente dos Correios participava?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - O presidente dos Correios, não; o diretor regional da época.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sim, estou falando do Rio de Janeiro.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Sim, sim, sim.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Ah! O Relator perguntou, e o senhor... O Wagner é que é o Presidente...

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não! O Wagner é o Presidente dos Correios.



**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Está bom, paciência! Eu não tenho mais o que perguntar.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Na nova rodada de inscrição nós vamos passar ao Deputado Dr. João, que solicitou a palavra para que fizesse alguns questionamentos; depois ao Deputado Odelmo Leão; e logo depois nós vamos passar a ouvir os nossos dois outros convocados.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sr. Presidente, esses outros dois vieram por liminar ou não? V.Exa. tem essa informação?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Nós não temos conhecimento. Até agora a nossa Mesa não tem.

Deputado Dr. João.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Sr. Maurício, três perguntas mais: quem é Thaísa Guedes?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Minha esposa.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Qual foi a cirurgia que ela fez no hospital em que também houve um superfaturamento na cirurgia dela?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não houve cirurgia. Um dos processos de esquema é que seriam efetuados exames.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Com a sua própria esposa?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Então, essa história de CTI, que ela ficou com septicemia, tudo isso é mentira?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não, não teve cirurgia com ela.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Não? Mas...

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Ah, sim...

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - ...mas o prontuário... tudo foi montado, tudo é mentira?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Cinquenta e três mil reais foi a cirurgia, e foi o papel... Então, além de sua esposa... Se você colocou a sua esposa como uma



doente fantasma, com certeza outros pacientes fantasmas foram colocados nesse processo dos Correios.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Que eu tenha conhecimento, não.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Só a sua esposa? Só a sua esposa?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Só um minutinho, Deputado.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Claro!

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - É verdade que você ameaçou ou você tentou fazer alguma coisa contra o grupo de repórteres do *Extra*?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Você intimidou?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Não houve? Mas o senhor foi chamado na Polícia Federal, na Polícia Civil, para depor de uma queixa que o repórter do *Extra*, falando que sofreu intimidação de sua parte? É mentira?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Foi. É mentira.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - É mentira.

Parte desse dinheiro todo da corrupção dos Correios ficava no Rio de Janeiro para dividir para vocês ou parte dele ia para outro Estado, para a Capital Federal, por exemplo, ou para outros lugares?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Com o meu conhecimento, eu não tinha conhecimento que isso iria para outros lugares. O Omar, muitas das vezes, falava que isso era da igreja.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Que igreja?

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Que igreja?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - O Omar é que tem que responder isso.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** Sim, mas esse homem é de que igreja?

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - A igreja é o Distrito Federal? É Brasília?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não sei. Não sei dizer.



**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Ah, ia para a igreja. Para mim, ele era evangélico. *(Risos.)*

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Só isso, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Odelmo Leão.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Logo depois retorno a palavra a V.Exa.

Deputado Odelmo Leão.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Ainda não foi esclarecida, Sr. Presidente, em relação à pergunta dirigida ao João Maurício.

Você disse que participou do esquema da cirurgia, mas de quantos atos de saúde você participou? Ou, melhor ainda, quando é que você começou a participar desses eventos, desse esquema? Quando é que você começou e quando é que terminou?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - O processo começou em 2011 e terminou no primeiro semestre de 2013.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Em 2011, começou com você participando?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - A partir de 2011, você também recebia em torno de 8 a 12 mil reais por mês?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Até 2013?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Quais são os eventos? Então, tem a cirurgia da sua esposa, que é uma cirurgia fantasma, tem uma cirurgia superfaturada. De que outros tratamentos você tem participado no esquema fraudulento? Durante 2011, 2012 e 2013, que esquemas envolvidos e quais os agentes que participaram com os parceiros seus nesse processo fraudulento?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Vamos lá. Para esclarecer melhor a pergunta...



**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Vamos começar... Comece na linha do tempo, início em 2011.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Para esclarecer melhor, até para a Comissão toda ter um entendimento melhor, Presidente, as pessoas envolvidas no processo precisam também ser trazidas até para poder ter melhor detalhes. Vou dar o exemplo novamente do porquê. Em 2011, se iniciou com o adiantamento de numerários. Os demais procedimentos, eles foram só descobertos em 2013, ou seja, eles já estavam acontecendo e eu não tinha esse conhecimento. Ele só veio a surgir após, quando deu entrada a cirurgia de quase 1 milhão dentro dos Correios.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Mas, em 2011, você começou a participar do esquema?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Adiantamento de numerário.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Então, você sabia do adiantamento do numerário.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Só adiantamento? Não tinha superfaturamento...

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - ... por adiantar o pagamento?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Por adiantar o pagamento, você recebia, os seus parceiros nesse processo também recebiam?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - E qual é o valor em relação ao custo total dos serviços prestados e o que vocês recebiam de remuneração?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Com adiantamento, o hospital, ele devolvia 20% da nota.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Só por adiantar o pagamento?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Adiantar em quanto tempo?



**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Imediato. Ele apresentava a fatura do mês, aquela fatura, ao invés de ir para uma revisão, né, se há ou não alguma diferença, ela era adiantada e paga no mês corrente.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Então, era paga. Não era só adiantamento. Era pagamento sem auditoria.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Pagamento que, certamente, já estava superfaturado naquele momento.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não, não é isso. Por exemplo, o hospital, ele tem a fatura mensal dele e ele apresenta lá para recebê-la.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Normalmente, ele recebe com 30 ou 40 dias depois?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Trinta a noventa dias.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Trinta a noventa dias.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso. Esse pagamento era feito...

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Por adiantar, ele já fazia um desconto de 20%. É isso?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Olha que negócio extraordinário! Então, poderia esperar receber no tempo certo, e no tempo certo não teria nenhuma variável. Por adiantar 30, 60 ou 90 dias, ele pagava 20% de desconto.

Quais eram as operações mais frequentes nesse adiantamento?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não, não tinha operações. Na verdade, era só o adiantamento.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Operações, eu não estou tratando de cirurgias, mas de operações financeiras.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Tratamento médico, odontológico, cirurgias.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Normal, os atendimentos normais.



**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Atendimentos normais?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso. A folha do mês do hospital.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Todos de pacientes dos Correios?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Sim, sim.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Desses pacientes dos Correios, alguém deles ou alguns deles participaram também do esquema?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Que eu tenha conhecimento, não.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Você citou, por exemplo, o caso da sua esposa. Ela tinha conhecimento?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não tinha, não.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Todo o processo de fraude em relação à cirurgia da sua esposa foi de desconhecimento dela?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Ela não teve nenhum conhecimento disso?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Teve mais alguma fraude de que você tenha conhecimento nesse processo de cirurgias fantasmas, de tratamentos fantasmas?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - O último inscrito é o Deputado...

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Eu fiz a pergunta, mas está faltando ele completar a linha do tempo. Você disse como começou o processo, depois foi com o adiantamento. Os atos seguintes, as ações seguintes.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso. Então, o que foi que aconteceu?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Gostaria que V.Sa. respondesse a pergunta dele. V.Sa. colocou que houve e no começo era só uma forma de adiantamento...

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - De adiantamento, e o hospital descontava 20%.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - V.Sa. não conhecia os outros procedimentos que estavam em andamento.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Só 2 anos depois, ou 1 ano depois, que V.Sa. conheceu todos os outros procedimentos. Aí, ele indaga: quais são esses outros procedimentos e qual é o *modus operandi*...

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Além dos adiantamentos, qual é variável da fatura?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - ... dos atores, para poder ter esses outros procedimentos?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Eu não tenho conhecimento desses valores. Do que eu tive conhecimento foram as cirurgias que haviam sido feitas justamente quando apareceu a cirurgia de quase 1 milhão dentro da seção dos Correios.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Quais as cirurgias que tinham sido feitas de que você tomou conhecimento, além da de 1 milhão?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - As de buco-maxilar foram duas, e essa de coluna.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Também as cirurgias buco-maxilo-facial, buco-maxilar, elas foram superfaturadas?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Também.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Em quanto? Quais os valores dessas cirurgias?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - A buco... Eu não lembro exatamente, mas girava em torno de 300, 400.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - O.k. Além das cirurgias, teve tratamento farmacológico, algum tratamento também superfaturado?



**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Eu não tenho conhecimento.  
Eu não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO** - Está bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Até para a gente ter um tratamento similar, nós demos a possibilidade ao Deputado Dr. João, ao Deputado Odelmo Leão de fazerem outros questionamentos. Então, o último inscrito é o Deputado...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Uma questão de ordem, rapidinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Sim. Já vamos...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Eu não vou perguntar nada a esse homem. É uma questão de ordem. V.Exa. já levou ao Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, o pedido de prorrogação assinado por todos nós da CPI?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Já levei.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - E ele disse o quê?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Ele disse, em princípio, que tinha um compromisso com todas as Lideranças partidárias de não renovar a CPI, à exceção da CPI da PETROBRAS. Nós pedimos uma audiência. Estava marcada para hoje. Infelizmente, a assessoria dele nos ligou, comunicando que o Presidente tinha uma agenda externa e que dessa agenda externa, assim que retornasse, ele marcaria para amanhã, tendo em vista que na quinta-feira nossa Comissão estará deslocando-se para o Município de Montes Claros, no norte de Minas Gerais.

Então, eu estou esperando que ele marque para amanhã, para chamar todos os Srs. Deputados, para que a gente possa mostrar a importância da prorrogação desta CPI, para a gente ter...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sr. Presidente, eu quero lhe fazer um pedido.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** - Sr. Presidente, nós não podemos concordar com isso. Todos nós, os integrantes desta Comissão, temos de ir ao Presidente e reivindicar, na verdade, a dilatação de prazo da continuidade desta CPI.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Nós estamos fazendo isso, Deputado.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** - Sr. Presidente, espere aí, porque algumas pessoas não vieram depor aqui. Na agenda da semana que vem, o Nordeste tem São João, isso e aquilo. Eu quero saber também como é que fica a agenda da semana que vem.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Meu amigo Wellington, deixe-me colocar. Eu queria fazer um pedido, Sr. Presidente. É uma questão de ordem. É o seguinte, Sr. Presidente: antes de vir o próximo depoente, eu quero aprovar aqui cinco requerimentos, por exemplo, o que convoca os proprietários da Rede D'Or do Rio de Janeiro. Além de convocar esse cidadão urgente, porque já tem requerimento, vamos trazer esses condenados aqui para a semana, para a semana, porque esta CPI vai terminar no dia 17 de julho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Sim, Deputado.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Eu vou concluir. Calma! Isso é muito sério! E eu estou sentindo um cheirinho aqui meio complicado. Eu estou aqui no terceiro mandato e o odor que eu estou sentindo nesta CPI não está me agradando.

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Eu gostaria, Deputado, só que V.Exa. pudesse respeitar os membros desta CPI. Gostaria que V.Exa. respeitasse não só a Mesa, mas também respeitasse os membros desta CPI.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Eu gostaria que dissesse que cheiro é esse!

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Eu vou dizer... Meu irmão, eu vou dizer o cheiro! Não é cheiro, odor é mais bonito. Odor!

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - É cheiro, se tem coisa podre, é cheiro.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - É o seguinte, companheiro, Seu Eduardo Cunha...

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Gostaria que o senhor esclarecesse melhor isso.



**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Seu Eduardo Cunha vai ter que prorrogar esta CPI por 60 dias. Ele vai ter que prorrogar esta CPI por um motivo muito simples: se ele não prorrogar esta CPI, nós vamos recorrer ao Plenário, porque o Plenário é soberano, e nós vamos prorrogar, sim. Na verdade, na verdade, as informações são as seguintes: setores envolvidos nessa safadeza, nessa roubalheira, andam por aqui de gabinete em gabinete, dizendo que vão abafar a CPI, que vão encerrar esta CPI.

No meu Estado, por exemplo, eu já ouvi de várias pessoas que, na hora certa... Eu não sou delator, eu tenho horror a delator. O povo gosta de delação, mas não gosta do delator. Eu não sou delator, mas também não sou burro. Eu não sou burro.

Se esta CPI não for adiada, eu vou reafirmar o que estou dizendo: tem safadeza — se não for adiada. Ela vai ser adiada de todo jeito, até por respeito aos membros desta CPI. Terá de ser adiada por 60 dias.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Deputado, um minutinho, senão nós vamos só debate sobre a prorrogação ou não.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Eu estou inscrito, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Vou conceder a palavra ao Deputado Odorico, para terminar, mas, antes, quero dizer ao conjunto da CPI, principalmente aos Deputados que estão muito motivados a fazer um bom trabalho aqui, aos Deputados que comparecem regularmente às terças, às quartas e às quintas-feiras, aos Deputados que não vêm aqui somente fazer a espetacularização da CPI, que nós vamos pedir mais uma vez ao Presidente. Vamos amanhã, com todos os Deputados...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não se trata de pedir, mas de exigir. Exigir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Nós vamos chamar todos os Deputados. Nós estamos fazendo todo esforço para que haja a prorrogação, que entendemos importante. Já discutimos isso hoje de manhã. Fizemos uma reunião hoje de manhã, com bastante discussão, e elaboramos um



esboço para o cenário 1, caso não haja prorrogação, e outro para o cenário 2, caso haja prorrogação.

Há pouco tive que sair daqui para conversar com o Ministro da Defesa, tentar arrumar um avião para ir a Montes Claros, porque é bastante evidente a conexão entre o acontecido em Montes Claros e o objeto desta CPI.

Enfim, todos os esforços estão sendo feitos. Quero dizer que não existe aqui nenhum trabalho para sonegar informações, ou não prorrogar a CPI, ou desconvoar essas ou aquelas pessoas. Estamos tendo reuniões abertas. Para todas as conversas que tenho com pessoas que vão ao meu gabinete, chamo a Secretaria da CPI, chamo o Relator e chamo também os advogados, os assessores jurídicos que acompanham a CPI, para mostrar que, desta feita, nós não vamos ter odor nenhum, a não ser aquele odor que o povo brasileiro está realmente querendo rechaçar: o odor pútrido da corrupção que infelizmente campeia nesse setor.

Esta Presidência, mais uma vez, até para honrar o compromisso que assumiu e sua própria história, bem como a história de todos os Parlamentares que estão imbuídos da ideia de fazer um bom trabalho, haverá de conduzir esta CPI de forma que ela resulte naquilo de que o povo brasileiro está necessitando.

Informo também que há redes de televisão, meios de comunicação que estão gravando todas as sessões desta CPI, que nos estão acompanhando aonde estamos indo, para que, no final, eles possam fazer a leitura do que houve nesta Comissão. De tal sorte, esta Presidência haverá de conduzir os trabalhos junto com o Relator, Deputado André Fufuca, e com os Sub-relatores, Deputados Odorico Monteiro e Lelo Coimbra, a quem também solicito a presença aqui, para que possamos caminhar celeremente rumo à confecção dos relatórios que a condição nos impõe.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Odorico Monteiro, para concluir os questionamentos, e, depois ao Sr. João Maurício. Em seguida, vamos ouvir os dois outros depoentes.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou fazer ainda algumas perguntas ao Sr. João Maurício, mas, antes, quero só reforçar a necessidade de prorrogação da CPI.



Passei o final de semana estudando, lendo. Vi várias apresentações, estudei vários depoimentos que ouvi aqui. Na realidade, esta CPI tem certo nível de complexidade: primeiro, porque nós estamos abordando um tema sistêmico; segundo, porque envolve todos os Estados brasileiros. Além disso, há um conjunto de informações necessárias e fundamentais que foram produzidas a partir dos depoimentos aqui. Elas não chegaram ainda, e são informações fundamentais. Eu, que faço um esforço enorme para estar presente a todas as reuniões, sei que o Deputado Dr. João está falando sobre essa questão dos Correios há muito tempo. Eu assisti mais de três vezes a todas as matérias e entrevistas, vi a presença do João Maurício na reportagem do *Fantástico*. Agora, só hoje foi possível esta oitiva com ele. E esta oitiva traz a necessidade de outras, oitivas que nascem a partir agora, já que antes não sabíamos os hospitais envolvidos — o Balbino, o Espanhol, etc.

É um esquema bem montado que envolve o Marcos, o Daniel, o João Maurício. Há coisas ainda mal contadas que nós vamos ter que destrinchar. Já houve uma investigação aqui, e algumas pessoas foram afastadas, mas há um dado que, para mim, é extremamente grave: o de paciente fantasma.

Eu queria colocar o seguinte: Sr. João Maurício, quando foi realizada a cirurgia fantasma da sua esposa?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não foi realizada. Ela foi em...

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Foi realizada. Foi uma cirurgia fantasma, mas foi realizada porque foi paga.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não, não foi cirurgia.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Foi o quê?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Foi internação.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Qual foi o procedimento?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Foi, acho, que em julho. Julho, eu acho.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Julho de quando?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - De 2013.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Quantos pacientes fantasmas realizaram procedimentos ou internações?



**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Não tenho conhecimento de outros.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - A sua esposa é o único conhecimento que você tem de paciente fantasma?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Nesse caso, sim.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - De quem foi a iniciativa de fazer o procedimento fantasma na sua esposa?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Do Daniel.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Do Daniel?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Do Daniel, que não é da área da saúde e nem é dos Correios.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Era o grande intelectual, o mentor do esquema.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO GOMES DA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Então, Sr. Presidente, eu acho fundamental a gente ouvir o Sr. Daniel, que é o grande intelectual dessa organização que se estabeleceu nos Correios do Rio de Janeiro, para que a gente possa ter outros esclarecimentos aqui.

E eu queria reforçar, realmente, Sr. Presidente, a importância — e, aí, eu acho que é importante essa reunião nossa com o Presidente da Casa —, porque há um conjunto de desdobramentos — a articulação é nacional.

Então, nós temos que ir a Montes Claros, temos que ir ao Rio Grande do Sul, nós temos que ir... Se a gente colocar só o Rio Grande do Sul, por exemplo, nós vamos ouvir aqui... O Rio Grande do Sul é o rei da judicialização: são 113 mil. Mas os cinco Estados dão quase 200 mil. Os cinco Estados que têm mais processos de judicialização envolvendo essa área... São 200 mil procedimentos jurídicos que foram despachados, são 200 mil liminares para ser analisadas. Essa estatística foi solicitada já.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Conclua, Deputado Odorico Monteiro.



**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Presidente, eu lhe fiz uma proposta, e V.Exa. me deu o silêncio como resposta.

Eu pedi a V.Exa. que, por favor, antes do próximo depoente, nós votássemos os requerimentos, e V.Exa. pode resolver isso, se quiser.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Vamos resolver neste momento, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Já lhe dando a resposta, nós havíamos, no início — V.Exa. não estava aqui —, dito que, logo depois da oitiva, nós transformaríamos a reunião em deliberativa. Há uma infinidade de requerimentos aqui. Para seu conhecimento: já que vários Deputados falavam da convocação desse e daquele hospital e não o fizeram, esta Presidência fez o requerimento, que está aí para que todos os Deputados possam assiná-lo.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Eu passei o requerimento para os gabinetes dos Deputados que sempre estavam falando em convocar e não o faziam. Mandeí passá-lo para o gabinete do Deputado Dr. João, para o gabinete do Deputado João Bacelar e para o Deputado Wellington Roberto, para que eles pudessem contribuir e assinar. V.Exa. também pode assinar em conjunto, assim como todos os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - O requerimento já está confeccionado. Falta a assinatura dos Srs. Parlamentares para que a gente possa aprová-lo — inclusive, podemos fazê-lo hoje aqui —, na medida em que haja a assinatura de 14 das Sras. e Srs. Deputados.

Nós agradecemos ao Sr. João Maurício Gomes da Silva e vamos passar imediatamente a ouvir o Sr. Alfredo Sanchis Gritsch, que vem a esta CPI como testemunha. Contudo, nos termos do art. 206 do Código de Processo Penal, não prestará o compromisso, tendo em vista ele ser irmão do médico Fernando Sanchis Gritsch, que veio a esta Comissão na condição de investigado. Fica ainda



assegurado ao Sr. Alfredo Sanchis Gritsch o direito ao silêncio, em decorrência da garantia constitucional contra a autoincriminação.

Concedo a palavra ao Sr. Alfredo Sanchis Gritsch, médico, que disporá de até 20 minutos.

Antes, eu dispenso o Sr. João Maurício Gomes da Silva, que poderá se ausentar desta sala de reunião.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Boa tarde a todos. Eu sou médico ortopedista e me formei na PUC, em 2001, em Porto Alegre.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Eu gostaria de pedir silêncio para ouvirmos o depoente.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Realizei minha residência médica também em Porto Alegre, no Hospital Independência, de 2002 a 2005, e comecei a trabalhar na área de trauma ortopédico e também na área de quadril nesse período. Trabalhei em dois hospitais grandes da Grande Porto Alegre e, nesse período, realizei cirurgias e atendimentos também, sempre nessa área. Como eu fiz o meu depoimento lá na CPI, em Porto Alegre, no dia 24 de dezembro de 2014...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Só 1 minuto, por favor. Deputado Silvio, por favor, está muito alto.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - No dia 24 de dezembro de 2014, eu estava visitando meus pacientes em Gravataí e vi a reportagem fazendo a matéria no hospital e citando muitas vezes o nome do meu irmão. Nesse momento fiquei muito preocupado, subi à direção do hospital, e eles me disseram que havia uma denúncia contra ele. E a partir daí as coisas foram aumentando, as denúncias foram piorando, e, do contato que eu tive com ele depois — isso eu não tenho por que não falar —, ele sempre negou o que ele teria feito e chegou a me pedir desculpas. Então, para eu conseguir entender essa história e conseguir chegar aqui hoje foram muitos dias complicados, trabalhando com dificuldade, dormindo muito mal e, pior, tendo que não ouvir o meu irmão falar, quer dizer, ele não fala. Então, é como eu digo: parece que ele jogou uma corda, amarrou a gente e nos está trazendo junto, e eu não vou aceitar isso aí. Eu não vou aceitar porque eu sei que vai haver perguntas, e eu não participei de nada. Eu vou até o final para provar isso. Então, no que eu puder ajudar, eu estou aqui para responder.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Passo a palavra ao Relator, o Deputado André Fufuca, para os seus questionamentos.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - O senhor é irmão do Dr. Fernando Sanchis?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim. Sim.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - O senhor participou de qualquer ato supostamente praticado por ele, tais como assinaturas de orçamento, que teriam sido subscritos em nome de outros médicos?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - O senhor tem conhecimento de algum residente que escreveu algum pedido de laudo para o Dr. Fernando Sanchis?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Que ele tenha assinado?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Que ele tenha assinado pelo Dr. Fernando?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não. Não conheço.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Você já assinou algum?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - O senhor já recebeu comissão, presente, brinde, viagem ou qualquer outra vantagem financeira de empresas de fabricação e distribuição de órteses e próteses?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - O senhor presta ou prestou consultoria de produtos a alguma empresa de órteses e próteses?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Nenhuma?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Nunca prestou?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Nunca.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Para instruir ação judicial, o senhor já se uniu a outros médicos para forjar competição de preços em orçamentos, como a gente vê aqui diversas empresas fazerem?



**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não. Nas minhas cirurgias de SUS eu uso todos os materiais cadastrados e tabelados do SUS. Sempre foi assim. Eu tenho 10 anos de Ortopedia e sempre usei a mesma forma de trabalhar.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - O senhor já se uniu a algum advogado para que o mesmo fraudasse a urgência de um pedido de cirurgia, fazendo assim com que a Justiça, de forma devida, mas incorreta, acabasse por aceitar e autorizar que essa cirurgia fosse feita?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - O já operou baseado em judicialização da cirurgia, feita através de um pedido de liminar aprovado pelo Tribunal de Justiça?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Se eu operei?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Já fez alguma cirurgia?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim. Já fiz uma.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Quantas?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Uma.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Em alguma dessas cirurgias, a advogada foi a Dra. Nieli?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim. Foi a Dra. Nieli.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Mas eu lhe pergunto: a Dra. Nieli, através da CPI... Foi comprovado que ela tinha ligações e um (*ininteligível*) com o Dr. Fernando Sanchis, inclusive de comum acordo. Um dava entrada na liminar para o outro fazer a cirurgia. Isso também com outras empresas, como INTELIMED, PROHOSP, entre outras. Eu lhe pergunto: você fez a cirurgia baseado no pedido da Dra. Nieli, numa solicitação da Dra. Nieli. Essa solicitação foi combinada antes com o senhor ou foi por acaso?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Combinada em que sentido?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Combinada como foi com o Fernando Sanchis e os outros empresários.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não. Eu não combinei nada. O paciente me procurou com uma coxartrose de quadril direito, inclusive indicado por um médico do trabalho de uma empresa lá de Gravataí. Esse paciente veio, ele me



procurou, teve a cirurgia negada e ele foi atrás de um advogado, que, por coincidência, era ela. Ela me ligou — conseguiu meu telefone — e me questionou: “*Esse paciente precisa de uma cirurgia*”. Eu disse: “*Bom, como é que se faz? Eu não conheço isso. Nunca trabalhei assim*”. Foi assim que aconteceu. Eu fiz um laudo, ela deu entrada, e a cirurgia foi autorizada em 40 dias, se não me engano. Mas foi uma cirurgia com indicação de coxartrose. Era um paciente jovem que precisava da cirurgia.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - O senhor já indicou a realização de alguma cirurgia desnecessária?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Participou de algum superfaturamento de cirurgia?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - O senhor já danificou alguma órtese ou prótese ou conhece algum médico que tenha feito isso no seu Estado?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não conheço. Nunca vi.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Mas já teve conhecimento?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não que eu saiba. Nunca soube.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - O senhor participou de recebimento de superfaturamento, de comissão, na cirurgia de órtese e prótese?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Já indicou a utilização de alguma marca específica ou não?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Nesse caso que foi de ordem liminar, houve a negativa da cirurgia. Naquele momento, como a cirurgia foi no Hospital Nossa Senhora das Graças, o único fornecedor que estava fornecendo naquele momento foi a INTELIMED.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - O senhor já realizou alguma cirurgia para colocação de órtese e prótese que resultou numa sequela temporária, permanente ou até com óbito do paciente?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não!

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Nenhuma?



**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não!

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Então, você nega que tenha qualquer participação nessa mesma quadrilha, na qual o seu irmão é envolvido?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Com certeza!

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Estou satisfeito, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Passo a palavra ao Deputado Odorico Monteiro como Sub-Relator.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Sr. Presidente, Alfredo, é importante a sua posição e a sua decisão contrária à de seu irmão de vir aqui e falar.

Eu queria saber: quais os hospitais em que você trabalha

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu trabalho no Hospital Dom João Becker, em Gravataí, na Região Metropolitana de Porto Alegre, e trabalhava no Nossa Senhora das Graças.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Em algum desses hospitais em que você trabalha tem residência?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - No Hospital Nossa Senhora das Graças, tem agora residência em Ortopedia, 1 R2 e 1 R1, e tinha o residente, o Henrique Cruz, que era o residente da Coluna.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Você acompanhou o tensionamento entre o seu irmão e o Dr. Henrique Cruz em relação à prática cotidiana na residência, à indicação de procedimentos necessários e à judicialização?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - O tensionamento, o senhor diz a relação?

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - A relação, até o fato de o Henrique sair da residência?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Na verdade, eu tinha pouco contato com o Henrique, direto, assim. Eu sentia que o Henrique estava meio blindado pelo meu irmão. Era uma blindagem, assim, como dizendo: "*Não fala nada*", assim, "*Não converse com os outros médicos*". Era meio estranho isso. Mas eu sentia medo dele.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Medo de quem? Do seu irmão ou do Henrique?



**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não, eu sentia que o Henrique tinha medo dele.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Ah, o Henrique! Existia uma relação de subserviência ou de servidão do Henrique com o seu irmão?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Digamos assim: na residência, tu tens prerrogativa de respeitar o teu preceptor e tem alguns preceptores, na minha época, que eram mais bravos, vamos dizer assim, eram mais complicados de se lidar. Mas tu os respeitas ou tens medo. Eu acho que o Fernando é mais nesse perfil de pressão e de assustar, talvez.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Você participava da preceptoria, sessão clínica, visita, beira de leito, procedimento cirúrgico, com o Henrique Cruz?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não, não; eu não sou cirurgião de coluna. Eu faço cirurgia do trauma, trauma ortopédico, e faço cirurgia de quadril.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Então, no caso, o Henrique era especificamente de coluna?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Exclusivo do Fernando.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - A relação era só deles dois.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Direta.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Direta. Certo. Nos procedimentos que você realiza no hospital, o instrumentador cirúrgico é do hospital ou é da empresa que fornece o material?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Na maioria das vezes, eles encaminham o instrumentador.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Ou seja, sempre na cirurgia, está o instrumentador. Como é que é essa prática cotidiana da sua relação com o instrumentador da empresa? Qual é o papel? Descreva aí o processo do campo cirúrgico. O que você define? Como é que é a sua relação com o instrumentador da empresa e a relação dele com o conjunto dos auxiliares que estão na sala do hospital?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Basicamente, ele cuida do instrumental de auxílio da empresa e dos implantes, e ele não participa ativamente



da cirurgia, afastando, aspirando a cirurgia, entende? Então, ele fica dentro da cirurgia, mas instrumentando, montando um instrumental de apoio.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Toda a sua formação técnico-científica, todo o seu processo de formação, de adestramento, de manuseio cirúrgico, foi sempre na residência ou você participou de alguma capacitação promovida por empresas ou por indústrias?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Nunca fiz treinamento com empresa nenhuma.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - A sua residência foi onde?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - No Independência.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Como é que foi a sua formação? Quantos anos de residência você fez?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Três anos, e 1 de quadril.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Então, você fez 3 anos de...

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - De ortopedia e 1 de quadril.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - ... de traumato-ortopedia geral e 1 só específico de quadril. Essa cirurgia de quadril você fez onde?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Fiz lá no Independência.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - No Independência. E você trabalha lá hoje?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Aí você terminou e trabalha só no Nossa Senhora das Graças...

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - No Dom João Becker e no Nossa Senhora das Graças.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Certo. Quais são as marcas que você escolhe para prótese de quadril? Como é a sua relação com a indústria e com os fabricantes de prótese de quadril?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Em quadril, a gente tem muita definição etária, da faixa etária do paciente. Nesse caso, que foi perguntado aqui, era um paciente jovem e precisava de uma prótese não cimentada com superfície de



cerâmica, que é o indicado para esses pacientes dessa faixa etária, e nos pacientes mais idosos, as próteses cimentadas.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Quanto é que custa uma prótese do quadril?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não sei lhe informar precisamente; não sei lhe dizer.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Quanto por cento das próteses de quadril que você implanta são do SUS e quanto por cento são de planos de saúde?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - São 70% do SUS.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - São 70% do SUS.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Esse processo da sua relação com o SUS é tipo o antigo Código 7, em que se recebe no CPF pelo procedimento que se realiza, ou você recebe diretamente do hospital? Qual é a composição dos seus honorários médicos?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu sou pessoa jurídica. Eu tenho uma empresa, pessoa jurídica, com outro colega que faz cirurgia de quadril; somos sócios e recebemos os honorários pela pessoa jurídica.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Então, esses honorários são pagos pelo hospital?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Pelo hospital.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - O hospital cobra do SUS e paga a vocês o procedimento.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - E repassa.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Esse procedimento é o que está lá na tabela do SUS como profissional médico, o valor do CPF, ou você ajusta um valor diferenciado?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - O Hospital de Gravataí tem uma suplementação; então, a média do valor de cirurgia sai por 500 reais brutos.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Por cada cirurgia?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Por cada cirurgia, para o cirurgião.



**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Quantos procedimentos você faz em média por mês?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Atualmente, acho que dez.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Dez?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Variados, de fraturas e próteses também.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - De próteses em quadril quantos? Qual é o procedimento mais caro que você implanta no sistema?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Caro?

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Caro, assim, o valor mais alto? Perdão. Ou seja, na prótese de quadril você diz que ganha...

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu opero muito SUS; é aquele valor da tabela, né?

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Tudo é pelo valor da tabela?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Mais aí você diz que o Hospital tem um diferencial.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não. Aí é nos honorários médicos.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Nos honorários médicos. Essa relação com a indústria do ponto de vista da... Você é *speaker* de alguma dessas empresas? Você dá cursos ou treinamentos de prótese de quadril em outro Estado?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Recebe profissionais de outros Estados no seu serviço para treinar, capacitar?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não. Não.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Praticamente, você tem aquela relação do trabalho cotidiano: faz consultório, faz cirurgia...

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não, eu não tenho consultório.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - É praticamente só cirurgia.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu trabalho no hospital, faço plantão no hospital, vários dias de plantão. A minha demanda é a da rua. São pacientes politraumatizados, acidentados de motocicleta, pacientes idosos que têm uma queda



em casa e sofrem uma fatura de quadril. Essa é a minha demanda; a demanda é da rua.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - O.k. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Pompeo de Mattos, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Quero cumprimentar o Presidente, os colegas e o Dr. Sanchis. Na verdade, Dr. Sanchis, o senhor é meu conterrâneo, é gaúcho.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O senhor trabalha lá em Gravataí, no Dom João Becker?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim, há 10 anos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Há 10 anos. O senhor se formou onde?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Na PUC.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Na PUC. Quais os hospitais em que o senhor já trabalhou, além do Dom João Becker e do Nossa Senhora das Graças?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - A princípio, esses dois; mais continuamente, foram esses dois.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Esses dois. O senhor disse que tem uma clínica, que tem uma empresa?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Pessoa jurídica.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Pessoa jurídica. É uma empresa?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Aí, qual é o seu colega?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Dr. Pablo Lessa.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Dr. Pablo Lessa, que também é cirurgião da área de órtese e prótese?



**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Da mesma especialidade, sim.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O senhor tem uma clínica com ele?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não. É uma pessoa jurídica para recebimento de honorários apenas.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Tão somente. Não há um escritório, uma clínica, um ponto fixo?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não. Eu não tenho consultório.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O senhor trabalha diretamente no hospital?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sempre.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O senhor falou da Dra. Nieli?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O senhor a conhece?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu a conheci dia 15, pessoalmente, 15 de maio, na oitiva, lá em Porto Alegre. Mas eu tive esse caso, em que ela entrou em contato comigo no final de 2012, e no início de 2013 a cirurgia foi realizada.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Está bem. E o senhor sabe quanto custou essa cirurgia, qual foi o pedido dela para o SUS?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não. Essa foi uma cirurgia de convênio, se eu não me engano; não sei lhe dizer qual.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Que convênio?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não me lembro qual era.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E o valor?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não sei lhe dizer.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E o senhor poderia fornecer à CPI?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Posso. Eu consigo procurar isso, não tem problema.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Eu gostaria que o senhor fornecesse, porque a informação que tenho é de que essa cirurgia, quando requerida por ela, é no valor de 30 mil, 40 mil, 50 mil, 60 mil, 100 mil.



**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não sei lhe dizer o valor, mas eu consigo para o senhor.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Quando é convênio, nesse caso, o senhor recebe direto do convênio, recebe do hospital?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - A liminar foi com o intuito de liberar um implante...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - ...que o paciente teve negado por outros dois médicos, inclusive, que solicitaram antes de mim a cirurgia. Eu não pedi nenhum valor a mais, nem de honorários; eu recebi a tabela da Amil.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim, mas quando o senhor faz a requisição... Quando o senhor faz a requisição...

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu acho que era Amil o plano.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Amil. Quando o senhor faz a requisição ali, o senhor diz qual é o material que vai ser usado?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Esse material tem uma tipificação de quantidade, de valor, não tem?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Tem.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O senhor sabe quanto vale?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não. Eu não sei quanto vale.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim, mas, quando o senhor requer o material, o senhor sabe. Era material importado ou era material nacional?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Essa era uma cerâmica, uma cerâmica importada.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Era mais de 20 mil ou menos de 20 mil?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Esses implantes são menos de 20 mil, pelo que eu saiba. São menos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Pelo que o senhor saiba? Mas o senhor vai fornecer para nós aqui o relatório.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu consigo, sim, sem dúvida.



**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O senhor tem lá um prontuário, não tem?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim. Isso está no Hospital. Provavelmente, eu consigo pedir.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O senhor manda para a CPI.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sem problema.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Depois, eu vou fazer um requerimento, Presidente, para que possamos buscar isso lá no Hospital. O senhor não fez nenhuma outra cirurgia que tenha sido requerida por liminar por outro advogado?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Foi bom perguntar isso, porque em outubro do ano passado eu recebi uma mensagem de texto sem identificação me pedindo um laudo para uma liminar de um paciente do SUS, com uma fratura de fêmur, lá de Gravataí, que eu tinha encaminhado para a Alta Complexidade, porque era uma fratura complexa, que precisava de enxerto, retirada de enxerto, e não autorizavam lá em Gravataí. E eu recebi uma mensagem pedindo uma liminar. E eu respondi a essa mensagem de texto: *“Eu não trabalho com liminar”*.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim. E quem mandou para o senhor?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Boa pergunta! Hoje eu imagino quem seja.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Mas você não pode declinar?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não. Prefiro não.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Mas o senhor sabe quem mandou?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu sei.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sabe, mas prefere não declinar?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Prefiro.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Está bem. Qual é a sua relação com o seu irmão? Eu sei que irmão é irmão. Eu tenho quantos? Eu tenho seis. Nós somos seis irmãos, e a minha mão tem 5 dedos, nenhum dedo é igual ao outro, mas



são todos dedos da mesma mão, e, às vezes, quando querem, pegam juntos, não é? Então, vocês atuam juntos na área ortopédica.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não. Atualmente, não.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Mas já atuaram.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Até 2009, durante 6 meses, o Fernando não tinha ninguém para auxiliá-lo. Então, eventualmente, ele me chamava para algumas cirurgias, para eu auxiliá-lo. Mas foi impossível a convivência. Não tinha...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não tiveram uma sociedade? Chegaram a ter?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Nós tivemos a TRAUMATOSUL, que foi uma empresa fundada por nós. Nós estivemos juntos. E eu saí em 2009, junto com esse meu colega, o Dr. Pablo Lessa, por total incompatibilidade de gênios. A gente tinha dificuldade no auxílio cirúrgico, nós tínhamos discussões ali no transoperatório e cobranças desproporcionais em relação a mim.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E na TRAUMATOSUL, por quanto tempo o senhor ficou na sociedade?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Se eu não me engano, de 2003 a 2009.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - De 2003 a 2009. Então, foram 6 anos?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu não sei lhe dizer exatamente, mas acho que foi isso.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Foram mais ou menos 6 anos de sociedade?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Isso.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - A TRAUMATOSUL funciona ainda?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Acredito que sim. Eu não tenho a informação, mas acredito que sim.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O endereço onde era em Porto Alegre?



**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu não sei lhe dizer.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Mas na época?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu acho que era no endereço do meu pai, se eu não me engano. Eu posso ver isso também para o senhor.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim. Sim, não havia uma...

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não, não era uma clínica, era uma pessoa jurídica.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim, não era um aspecto físico. Não tinha um prédio, não tinha uma...

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não. Não.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Era uma sociedade só?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Isso.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O.k. Qual era o endereço?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Acho que era o endereço do meu pai. Eu posso passar isso também.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não precisa dizer o número da rua ou do apartamento.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Era Aurélio Bittencourt, no Bairro Rio Branco. Aurélio Bittencourt.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Aurélio Bittencourt, no Bairro Rio Branco. Então, o senhor não concluiu... A sua relação com ele, depois de 2009, o senhor se distanciou dele?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Para o senhor ter ideia, eu não conheço a minha sobrinha.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Quantos anos ela tem?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - De 5 para 6.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - De 5 para 6. Então, o senhor tem um distanciamento.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Desde 2009, a gente não atua mais junto. Claro, a relação dentro do Hospital, de cumprimento, discutir os problemas normais dentro do Hospital, algumas queixas de ouvidoria, de algum paciente que



reclamava de alguma coisa, eu tentava ajudar nisso, a escala de plantão. Faltava algum plantonista, e eu tentava ajudar nisso.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Ele tem clínica própria?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Ele tem consultório.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Consultório?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Mas não é clínica?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - É um consultório, pelo que eu saiba.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - É um consultório, mas as cirurgias ele faz todas no hospital?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Todas no hospital.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Qual é o hospital em que ele faz essas cirurgias, o senhor sabe?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Tinha uma demanda grande em Gravataí e acho que em Canoas, não é?

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Porque, segundo consta, ele faz também no mesmo Dom João Becker?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Ele atua lá?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim. Agora, não mais, né? Houve a sindicância!

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não, depois da sindicância, não. Mas até alguns meses atrás ele atuava lá.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Há quantos anos ele está atuando no Dom João Becker?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu entrei, na verdade, no final de 2005, fazendo plantões, e ele deve ter entrado em março ou abril de 2006.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E ele se formou antes do senhor?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Nós nos formamos juntos. Ele se formou na Fundação e eu na PUC, no mesmo ano, 2001.



**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Parecido?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E a Dra. Nieli? O senhor tem algum contato com ela depois disso?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Nenhum contato. Nada.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Como é que o senhor acertou, digamos assim? Ela pediu para o senhor, o senhor mandou o laudo, enfim, a solicitação, mandou direto para ela?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Esse paciente veio da SECON, que é uma empresa sistemista terceirizada. Ele é um bombeiro, se eu não me engano.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - É um paciente jovem, de 46 anos, que tinha essa artrose de quadril. Veio comigo já com a indicação do médico do trabalho da empresa. Se eu não me engano, é o Dr. Rafael, não sei lhe dizer, que me indicou, inclusive, que me conhecia, sabia do meu trabalho e me indicou o caso.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - E esse paciente tinha duas negativas já de outros dois médicos que eu não sei lhe dizer quem eram. Eu fiz o pedido normal da cirurgia ao convênio. Durante 3 semanas eu tentei num 0800 conversar com o auditor do plano de saúde, e não me atenderam, como eu sempre faço. E aqui eu vou fazer um parêntese: eu sou cooperado da UNIMED desde 2009, quando eu consegui ingressar; o meu irmão até hoje não conseguiu entrar na UNIMED. Por que será? Então, eu tentei de todas as formas autorizar essa cirurgia por uma via normal, e esse paciente vinha semanalmente, aliás, a cada 3 dias, fazer medicação, cobrando-me uma solução. E ele, pelo que eu me lembro da história — o senhor pode perguntar a ele —, tinha uma ação trabalhista, talvez, com a Nieli, eu acho que era uma coisa assim. Ele já conhecia a Nieli.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Só que eu não a conhecia. E hoje eu não a conheço pessoalmente; eu a vi no dia 15 de maio de 2015.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim, lá em Porto Alegre?



**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu não tenho o contato telefônico dela. Eu não tenho o contato por *e-mail*. Só que, para o meu azar, caiu com ela.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Perfeito. Eu vou encerrar, só fazendo a afirmação de que, na verdade, o que a gente quer aqui é acabar com esse esquema.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Claro!

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Há um esquema que envolve médico, envolve empresas, primeiro, na área da ortopedia, de todo o equipamento, envolve médico — sem o médico, não funciona —, envolve advogados e, naturalmente, envolve alguém do Poder Judiciário, porque nós não podemos querer tapar o sol com a peneira.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - O senhor me desculpe interromper, mas eu escutei o senhor há algumas semanas, até comentando, quando a Dra. Nieli esteve aqui, falando a respeito de liminares, e até o senhor mesmo acho que falou que a gente não tem que criminalizar toda liminar.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não. Não acho que tem.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu acho que tem aquele caso que tem algum problema com um convênio, que eu não sei o que acontece, que a gente tenta...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Tem casos e casos.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Olha, eu tento ligar, e isso é uma coisa que eu queria sugerir para os planos de saúde: vamos fazer uma linha direta que nem é com a UNIMED de Porto Alegre, onde a gente tem um 0800. Tu ligas, mandas um mensagem por *e-mail*, tu tens o acesso direto com o auditor, e ele vai te dizer assim: "*Olha, esse teu laudo aqui tem coisa errada. Por que tu vais usar essa placa?*". Então, para mim é muito mais fácil. Não tenho necessidade disso. Seria muito melhor...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Perfeito. A liminar não é o problema. O problema é o esquema quando fazem a liminar mediante esquema. Esse é o problema.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Exatamente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos. Eu só gostaria de pedir aos Srs. Deputados inscritos que sejam mais concisos nos questionamentos, tendo em vista que nós vamos ter que ouvir aqui o Sr. Nilvio de Campos Severo e votarmos ainda 17 requerimentos. E todos esses requerimentos é importante votarmos ainda hoje, tendo em vista que tratam especificamente da ida a Montes Claros.

Neste momento, nós estamos aguardando a deliberação do Sr. Ministro Comandante da Aeronáutica. Ele afirmou há pouco que daqui a 10, 15 minutos vai dizer se será possível ou não ceder o avião para nos levar a Montes Claros, Minas Gerais.

Há aqui requerimento para que nós possamos ouvir quatro médicos envolvidos no episódio de Minas Gerais; há aqui depoimentos de seis pessoas que foram lesadas; há também depoimento do Superintendente do Hospital da Santa Casa de Montes Claros e do hospital particular onde os médicos atuavam com a colocação de stents, que eram stents da rede pública, e colocavam em pacientes particulares, inclusive cobrando a colocação desses stents, não só faturando pelo convênio, mas cobrando por fora do paciente e também mandando a fatura para o SUS. Então, é realmente muito... É tritributação!

Então, nós queremos pedir ao Deputado Walney Rocha, ao Deputado Dr. João e ao Deputado Adelmo que sejam bastante rápidos nos questionamentos ao Dr. Alfredo.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Serei, sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - E passaremos depois a ouvir o depoimento do Dr. Nilvio de Campos Severo.

Tem a palavra o Deputado Walney.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Dr. Alfredo, logo no início da sua fala, você falou que tomou conhecimento através...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - E temos ainda a Ordem do Dia. Então, vamos tentar dar celeridade a esse processo.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Você falou que tomou conhecimento das denúncias através da imprensa.



**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Da reportagem que estava no hospital.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Da reportagem na época do *Fantástico*.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Isso. Eu estava no hospital e vi o repórter lá.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Antes dessa divulgação na imprensa, o senhor não tomou nenhum conhecimento, não teve nenhuma conversa em relação a isso com o seu irmão? Não havia um comentário?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu declarei isso na CPI para o Senador Magno Malta lá em Porto Alegre. Em abril de 2014, baixou-se uma normativa dentro do Hospital de Gravataí, e ficaram proibidas cirurgias de coluna para convênios da UNIMED e do IPE. O IPE — acho que a maioria dos senhores sabem — é um dos grandes convênios do Estado do Rio Grande do Sul. E, nesse momento, eu fui para o meu irmão, sentei com ele por 10 segundos, porque era o tempo que ele me permitia conversar com ele — 10 segundos! —, e perguntei: “*O que está acontecendo? Por que suspenderam as cirurgias da tua subespecialidade?*” “*Isso não é problema teu! Cuida dos teus problemas!*” Isso eu disse dia 15 de maio. Foi assim que aconteceu.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Você tem mais alguém na sua família que é médico também, como seu pai, sua mãe, mais alguém?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não. O pai e a mãe são falecidos. Meu pai era comerciante, e minha mãe era professora de música.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Você não tem clínica particular?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não, não tenho consultório.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Não tem consultório. Você poderia citar os hospitais em que você tem essa prática de fazer cirurgia, de prestar o serviço, de trabalhar? Quais são esses hospitais?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - O Nossa Senhora das Graças, em Canoas, e o Hospital Dom João Becker, em Gravataí.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - São os mais usados?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Como assim?



**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Você trabalha hoje nessas unidades, nesses hospitais. É contratado?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim. No Nossa Senhora das Graças, toda a equipe, em virtude da denúncia, toda a equipe foi excluída do hospital. Toda a equipe! E isso eu estou dizendo de todas as subespecialidades: Cirurgia do Joelho — eu, inclusive, e o meu colega, o Pablo, que eu citei aqui —, Cirurgia do Pé, Cirurgia do Trauma Ortopédico. Nós tínhamos dois colegas também que foram retirados. Provavelmente acharam que havia uma contaminação do grupo. Sobre isso a gente tentou conversar, e nós vamos provar isso aí.

**O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA** - Sr. Presidente, eu tinha mais perguntas a fazer, mas eu sei que, pelo andar da hora, a gente precisa dar espaço para outros companheiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Muito obrigado, Deputado Walney Rocha.

Então, esta Presidência vai tomar uma decisão aqui, e eu gostaria de ter também o apoio de todos os Srs. Deputados. Vamos suspender neste momento a oitiva — pedimos até que todos possam nos dar essa possibilidade — e vamos passar à votação dos requerimentos.

Logo depois dos requerimentos, que nós vamos votar de forma bastante rápida, retornaremos à oitiva, tendo em vista que, nesse momento, pode estar acontecendo a Ordem do Dia. Se acontecer a Ordem do Dia, vai estar prejudicada a nossa ida a Montes Claros, por não termos a votação desses requerimentos.

**O SR. DEPUTADO MANDETTA** - Sr. Presidente, sugiro, como encaminhamento, que se faça a leitura e façamos a votação uma única vez em bloco.

**O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA** - Mas só dos relacionados à nossa viagem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Sim.

Item 1. Requerimento nº 163, de 2015, do Deputado Walney Rocha, que *“requer informações sobre desvio de conduta e eventual processo em que a Sra. Nieli de Campos Severo responda junto à OAB-RS”*.

Em votação o requerimento.



Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 163, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2. Requerimento nº 164, de 2015, do Deputado Walney Rocha, que *“requer informações sobre desvio de conduta e eventual processo em que o Sr. Fernando Gritsch Sanchis responda junto ao CRM-RS”*.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 164, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 3. Requerimento nº 165, de 2015, do Deputado Walney Rocha, que *“requer a quebra de sigilos bancário, fiscal, telefônico, telemático e de correio eletrônico dos últimos três anos do diretor financeiro da INTELIMED, Dr. Luiz Souza Fidelix”*.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 165, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 4. Requerimento nº 166, de 2015, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que *“requer seja convidado o Senhor Prefeito Ruy Adriano Borges Muniz, a Senhora Ana Paula de Oliveira Nascimento, Secretária Municipal de Saúde, e o Autorizador da Secretaria Municipal na área de cardiologia, Sr. Maquieden Duraes Viriato, todos residentes e domiciliados na cidade de Montes Claros — Minas Gerais”*.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 166, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo aqui a Presidência ao Deputado Dr. João, para que ele possa encaminhar os requerimentos de minha autoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. João) - Item 5. Requerimento nº 167, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, que *“requer que seja convidada a Sra. Rosalina Alves Moraes, testemunha na Operação Desiderato”*.



Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento nº 167, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 6. Requerimento nº 168, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, que *“requer que seja convidado o Sr. Demetrius Mota, testemunha na Operação Desiderato”*.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento nº 168, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 7. Requerimento nº 169, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, que *“requer que seja convocado o Dr. Zandonai Miranda, médico em Montes Claros, Minas Gerais”*.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento nº 169, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 8. Requerimento nº 170, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, que *“requer que seja convocado o Dr. Gustavo Oliveira Albuquerque, médico em Montes Claros, Minas Gerais”*.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento nº 170, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 9. Requerimento nº 171, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, que *“requer seja convidado o Sr. Diretor-Presidente do Hospital Dilson Godinho, o Sr. Dilson Godinho de Montes Claros, Minas Gerais”*.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento nº 171, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



Item 10. Requerimento nº 172, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, que *“requer seja convidado o Sr. Superintendente do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Montes Claros, Minas Gerais, o Sr. Maurício Sérgio Sousa e Silva”*.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento nº 172, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 11. Requerimento nº 173, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, que *“requer que seja convocado o Dr. Vagner Ferreira, médico em Montes Claros, Minas Gerais”*.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento nº 173, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 12. Requerimento nº 174, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, que *“requer que seja convocado o Dr. Gerson Miranda, médico em Montes Claros, Minas Gerais”*.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento nº 174, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 13. Requerimento nº 175, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, que *“requer que seja convidada a Sra. Maria Elcy Alves da Silva, testemunha na Operação Desiderato”*.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento nº 175, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 14. Requerimento nº 176, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, que *“requer que seja convidado o Sr. José Cabral dos Santos, testemunha na Operação Desiderato”*.

Em votação o requerimento.



Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento nº 176, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 15. Requerimento nº 177, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, que “*requer que seja convidada a Sra. Giesta Ferreira Sales, testemunha na Operação Desiderato*”.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento nº 177, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente. Gostaria de encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. João) - O requerimento será encaminhado pelo nosso Relator André Fufuca.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Não. Eu gostaria de discutir o requerimento. O autor do requerimento, que é o Presidente Geraldo Resende, por várias vezes faz aqui a solicitação de convite. Eu não conheço as pessoas. O Deputado Geraldo as conhece melhor do que eu, pois foi o autor e foi quem embasou em argumentos o requerimento, mas eu lhe pergunto, Presidente, se no caso V.Exa. não aceitaria a permuta de “convidado” para “convocado”, até porque aqui nós vimos diversas vezes pessoas serem convidadas e não se fazerem presentes.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Essas pessoas que são objeto desses requerimentos são pessoas que foram lesadas, ou seja, são pacientes. Elas inclusive se dispõem a serem ouvidas. Então, eu acho que é muito forte a convocação; eu acho que seria convite, mesmo porque nós vamos votar os vários requerimentos e vamos escolher, dentre esses requerimentos, quais as pessoas que nos apontam que darão contribuição melhor para a CPI, ou seja, parece-me que há oito ou dez pacientes e nós podemos ouvir, no máximo, três pacientes lá no dia. Então, é convite. Por isso eu permaneço como convite.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Certo! Apoiado, Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. João) - Item 16. Requerimento nº 178, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, que “*requer que seja convidada a Sra. Eliana Alves Ferreira Veloso, testemunha na Operação Desiderato*”.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento nº 178, de 2015, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Dr. João.

Vamos dar prosseguimento à oitava do médico Alfredo Sanchis Gritsch.

Com a palavra o Deputado Dr. João. Depois do Deputado Dr. João, temos o Deputado Adelmo Carneiro Leão, e, logo depois, passaremos a ouvir o médico Dr. Nilvio de Campos Severo.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Dr. Alfredo.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Primeiramente, quero parabneizá-lo pelo seu comportamento aqui na CPI...

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - ... que foi totalmente inverso, contrário à postura do seu irmão aqui. A postura do seu irmão, realmente, foi a de uma pessoa incompatível com a sociedade. Até lamentei aqui ele ser meu colega — sou médico, sou cirurgião.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu ouvi.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Faço, este ano, 40 anos de formado. Faço cirurgia geral. Eu até lamentei ter aquele indivíduo, que foi o termo que eu usei, tê-lo como colega.

Eu pergunto ao Dr. Alfredo... O senhor já explicou (*ininteligível*) não vou entrar nesse mérito, a relação com o seu irmão.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Mas, em termos patrimoniais, patrimônio...

Estou vendo que o senhor é casado. Tem quantos filhos?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Ainda não tenho.



**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Não tem filhos. É casado. Relações de patrimônios...

Primeiramente, quem tem mais tempo de formado?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Nós nos formamos juntos, em 2001; eu, na PUC, e ele, na Fundação.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - O mesmo tempo de formado?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - O mesmo tempo.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - A relação patrimonial dos dois, qual é a diferença, em termos de patrimônio adquirido, nesse período profissional, como médicos?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu não convivi, nos últimos 6 anos, com o meu irmão, socialmente falando e afetivamente, né? Então, as coisas que eu fiquei sabendo, em termos do que ele tinha, era pelo Facebook, a que eu tinha acesso, que eu via, e comentários de colegas que diziam "*comprou isso*", "*comprou aquilo*".

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - É porque as informações que nós temos da imprensa são de que ele tem avião, helicóptero, faz viagens ao exterior, tem carros importados de altíssimo valor. São as informações que chegam a nós aqui, na CPI.

Comparativo ao senhor, acredito que não...

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Outra coisa: como é que é essa sua relação com os hospitais em que trabalha, qual o tipo de vínculo? É hospital próprio do SUS, ou são hospitais conveniados ao SUS?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - São hospitais filantrópicos.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Conveniados?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Conveniados ao SUS, que prestam serviço. Inclusive, o de Gravataí, como é o único hospital da cidade... Por incrível que pareça, em uma cidade de quase 300 mil habitantes, que tem GM, Pirelli, Dana, com funcionários lá, é o único hospital. E aqui eu quero fazer um elogio à mantenedora desse hospital, que é a Imaculado Coração de Maria, que é uma congregação de irmãs que mantém o hospital a pleno funcionamento com atraso de



4, 5, 6 meses no repasse do SUS atualmente, inclusive honorários médicos — os meus honorários e os dos meus colegas lá. Estamos 4 meses em atraso.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Então, você não é funcionário do Ministério? Não é funcionário do SUS?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - É funcionário do hospital, que tem convênio com o SUS.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu tenho uma pessoa jurídica; tenho um contrato social dessa pessoa jurídica; tenho um contrato com o hospital, assinado por mim e pelo meu colega, Dr. Pablo Lessa, que é da mesma especialidade que eu, que opera comigo desde 2007, tem a mesma formação que eu. Nós emitimos notas fiscais da nossa produção, que são separadas. A nota fiscal da produção do SUS é uma, a nota fiscal da produção dos convênios é outra, separada.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Então, o seu salário não é fixo? Ele é proporcional ao seu trabalho do mês?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Depende da minha presença física lá dentro do hospital para ter essa demanda da rua que eu disse.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Essa demanda da rua, normalmente, é emergência?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - É emergência.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Fratura espontânea, atropelamento...

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Atropelamento, uma idosa que cai em casa e tem uma fratura de quadril, interna e a gente programa a cirurgia.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Que origina toda essa demanda do seu trabalho?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Exato.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - O senhor não tem consultório?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não tenho.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Não tem o consultório.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Questão de custo/benefício. Eu acho que a minha especialidade... É só um parêntese. Eu fiz um cálculo já com o meu



colega, e nós iríamos ter um custo médio de 5 mil reais com aluguel, secretária, e nós não conseguiríamos, com consultas normais, chegar perto desse... Então, a gente tem, dentro do hospital, um setor da ortopedia onde nós atendemos os pacientes, que é um consultório um pouco diferenciado, com uma qualidade um pouco melhor, mas...

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - O senhor faz atendimento ambulatorial no hospital?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Também.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Faz também.

Esse atendimento ambulatorial é SUS ou só convênio...

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Os dois.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Os dois. Então, no caso, uma parte das cirurgias de convênio provém desse ambulatório?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Desse ambulatório e da demanda da rua também, Sr. Deputado, porque como é uma cidade que tem muitas empresas, tem muitos convênios também. Então, tem uma demanda grande de convênios também, mas a minha proporcionalidade, eu disse antes: é 70% de SUS, 30% de convênio.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - É claro que, embora exista essa divergência de relacionamento e personalidade entre os dois, não se pode negar que os senhores são irmãos.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Claro.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Tem uma denúncia contra o seu irmão... Eu tenho os documentos em casa, eu me esqueci de trazer, então não sei agora precisar se foi um primo ou cunhado que ele bancou a faculdade, formou esse rapaz que hoje é o testa de ferro dele em Porto Alegre. Parece que ele tem pouco tempo de formado, está fazendo residência ainda. Esse rapaz já anda com duas BMWs em Porto Alegre, curtindo, rindo e debochando de muita gente, segundo informações que chegam a esta CPI.

O senhor tem conhecimento desse fato?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu acho que o senhor está falando do Alexandro Zanetti.



**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - É esse mesmo.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - A relação que eu tinha com ele era de corredor de bloco cirúrgico. É o que eu disse do Henrique Cruz antes. Tinha uma certa blindagem com as pessoas que trabalham muito perto do Fernando. Aí, eu não saberia dizer exatamente por que, mas eu não conseguia também com o Alexandro ter uma relação mais, assim, de afeto, de perguntar algumas coisas, porque eu já não fazia mais questão de participar, de entrar na sala de cirurgia do Fernando, de dar "oi" na janela...

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - As informações que nos chegam são de que esse Alexandro é inclusive o homem que assina as liminares e os falsos laudos para obter as cirurgias, no caso blindando o Fernando, coisa que fazia o Dr. Henrique, que conseguiu cortar o cordão umbilical com o seu irmão Fernando e, segundo o próprio Henrique nos relatou, ele hoje é obrigado a andar com seguranças, porque sofre grandes ameaças do seu irmão.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - É verdade.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Então, olha só, baseado nisso, há algumas pessoas lá no Rio Grande do Sul, igual em Montes Claros, que nos propuseram fazer uma audiência fechada lá no Rio Grande do Sul e que vão confirmar, provar, que foram vítimas, como pacientes do Fernando. Elas estão dispostas, realmente, até a falar que estão sofrendo ameaças por parte do Fernando caso emitirem qualquer opinião contrária à doutrina que o Fernando pratica.

Sr. Presidente, estou satisfeito.

Obrigado, Dr. Alfredo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Dr. João.

Deputado Adelmo Carneiro Leão, só pedindo para todo mundo ser bastante rápido para que possamos ouvir o depoimento do Dr. Nilvio.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Serei rápido, Sr. Presidente.

Permita-me cumprimentar o Dr. Alfredo...

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Boa tarde, desculpe.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - A primeira questão, que me parece mais adequada, é, ao invés de fazer a solicitação de V.Sa. dos



resultados da operação determinada por ação judicial, cumpre a esta CPI fazer a solicitação ao hospital onde fora realizada essa cirurgia por V.Sa.

Então, o que eu acho que vale a pena, que nos cumpre aqui, é pedir e solicitar que seja informado a esta CPI qual a cirurgia foi feita e em qual período...

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu posso dar o nome do paciente. Acho que isso é fácil.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - ... por determinação judicial. Porque a questão financeira, o custo, certamente, o hospital é que vai ter condições de dar essa informação. Então, essa é uma questão apenas que encaminho nesse sentido.

A outra questão é em relação às suas atividades médicas; se a remuneração é feita em relação a convênio diretamente com os planos de saúde, com o SUS, ou a sua remuneração depende da sua relação com os hospitais?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu tenho um contrato social da minha empresa com esse colega. Nós temos um contrato com o hospital. Eles nos repassam 80% dos valores dos convênios — 20% é uma questão administrativa de custo, acho que de papelada, dessas coisas —, e o SUS é integral, tanto as consultas como as cirurgias, e tem essa suplementação que eu comentei. A gente tem uma tabela... Não me lembro exatamente, mas uma artroplastia total de quadril, acho que é 316 reais, e a gente tem uma suplementação quase de 200 reais, que chegaria, bruto, a uns 500 e poucos, mais ou menos.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Mas quando o senhor faz uma cirurgia, uma prótese, por exemplo, de bacia, e o custo da prótese é de 20 mil reais, recebe alguma coisa sobre o custo ou recebe pela sua atividade médica, pela cirurgia, independente do custo?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Pelos meus honorários, independente. E vou lhe dizer: em quadril, até comentei antes, a questão de custo de material hoje é bem tranquila. O que eu noto é que teve uma queda muito importante nisso até pela questão dos insumos, que hoje estão presentes aqui no Brasil, e se consegue fazer um implante de ótima qualidade. Eu faço 70% da minha cirurgia SUS e uso implantes nacionais, em todos os pacientes. Claro que alguns, mesmo no SUS, sempre questionam: *“Ah, doutor, esse implante que o senhor vai*



usar é realmente adequado?” E a gente fala: “É o adequado.” Tem uma sobrevida boa para aquela faixa etária determinada. Agora, se o senhor me perguntar para a faixa etária abaixo dos 50 anos, claro que os implantes são mais caros, mas isso porque muda a biologia do sistema. Mas isso é exceção. Se eu operar um caso de cerâmica-cerâmica, 1, 2 por ano, é exceção. Eu não vou operar isso todo dia.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - A indicação de material é sua?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - É do médico...

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - É do médico?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - ... com a indicação pela faixa etária, pelo grau de artrose, pelo grau de limitação funcional, pelo grau de dificuldade do dia a dia do paciente, e essa não é uma cirurgia de urgência nunca, jamais.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - A última pergunta é: considerando a sua relação de irmandade e a denúncia feita contra o seu irmão, qual a repercussão que tem sobre a sua atividade, a sua vida profissional?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu relatei isso no dia 15 de maio para o Senador Magno Malta: em 15 dias depois da denúncia, eu já tinha perdido o emprego, junto com os outros 12 colegas da equipe; recebi olhares de pacientes, funcionários, que eu tinha certeza que não eram para mim, e aos pouquinhos eu acho que a coisa está melhorando nesse sentido. Eu não tenho pais vivos, e isso, quando o meu irmão ligou, eu disse no telefone para ele: “*Tu tens sorte que o pai e a mãe não estão vivos*”, porque, com certeza, eles estariam internados hoje, tomando algum remédio. E a terceira coisa que eu sempre falo é em relação aos meus colegas: que todos, não teve uma exceção de colega próximo a mim que não tivesse me dado apoio e me dito: “*Alfredo...*” E aqui não é questão de ser melhor ou pior que o meu irmão. Não quero criar mais tumulto na minha família. A questão é simples: “*Vocês são diferentes.*” Isso eu ouço todos os dias, de funcionários, das irmãs da congregação, que mantêm aquele hospital a duras penas, e de colegas médicos. Então, claro, sempre tem algum outro colega, de uma outra especialidade, que já te olha atravessado, mas está melhorando. Mas a repercussão pior é perder emprego e ser olhado de uma forma meio discriminatória, como se tu fosses a pior das pessoas.



**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - O senhor perdeu o emprego no hospital onde ele também trabalhava?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Nossa Senhora das Graças, sim. Ele era chefe do serviço.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - E ele continua trabalhando no hospital?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não, não. Houve sindicância nos dois hospitais. Eu não tenho oficialmente o resultado, mas, o que eu sei extraoficialmente, é que ele foi retirado.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - No momento em que o senhor foi demitido, qual foi a justificativa do hospital?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Que nós, todos os médicos, fazíamos parte do esquema do Fernando.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - A sindicância apurou alguma coisa?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Inclusive inocentou o Henrique nas duas, em Gravataí e em Canoas. Foi provado.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - O.k. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Adelmo.

Nós temos inscritos os Deputados Mandetta e Silvio Costa. Há Ordem do Dia se iniciando em plenário. Eu gostaria...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Mas, Sr. Presidente, nós só não podemos deliberar; a CPI pode continuar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Certo. Só estou dizendo que há Ordem do Dia, Deputado. *(Risos.)* V.Exa. está muito ágil.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Sr. Presidente, pela ordem, só uma questão de ordem É para informar também ao Deputado Silvio Costa que todos os hospitais denunciados ou anunciados aqui nos debates, até agora, todos eles foram motivo de requerimento que nós fizemos e assinamos, requerendo a presença dos hospitais. Todos.



**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - A Rede D'Or não. Minha assessoria procurou a Rede D'Or. A Rede D'Or do Rio de Janeiro não tem esse requerimento, Deputado Adelmo.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Tem requerimento inclusive da Rede D'Or, inclusive da Rede D'Or.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Então, sumiram com... A assessoria, então, procure o requerimento da Rede D'Or. Eu não vou ficar com dó, não. Procurem!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Eu passo a palavra ao Deputado Mandetta.

**O SR. DEPUTADO MANDETTA** - Sr. Presidente, eu escutei... Eu não ia fazer perguntas, mas vou fazer mais algumas constatações.

Chama muita atenção o valor do honorário médico, na tabela SUS, de 300 reais, perto de próteses que custam 20 mil, 30 mil, se é isso que eu escutei aqui.

Em que pese esta fase policialesca desta CPI, meu interesse de estar aqui é para ver se conseguimos fazer um marco regulatório; para ver se conseguimos preservar esses anônimos, que estão nas gravatais da vida, atendendo a epidemia do trauma, atendendo em condições precárias; os hospitais e as mantenedoras sem nenhum recurso adicional para fazer frente a essa plethora do trauma e, ainda por cima, a esta altura do campeonato, com 10 anos de formado, ele sendo envolvido nessa situação, tendo que contratar advogado, tendo que colocar as suas questões...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Mandetta, só um 1 minutinho.

Eu gostaria de pedir silêncio aqui no recinto da CPI para que possamos ouvir a intervenção do Deputado Mandetta.

**O SR. DEPUTADO MANDETTA** - Eu vejo que, nessa discrepância entre o valor da prótese e o valor do honorário, há alguém que arbitra.

Eu acho que o caminho também desta CPI era ver qual é o valor que tem sido reajustado, por parte do Ministério da Saúde, na negociação com as órteses e próteses, porque me parece que a tabela SUS de honorários médicos não tem tido nenhum tipo de reajuste há mais de 20 anos.



No mais, eu quero dizer que entendo muito bem tudo o que ele expôs aqui. Sei como é o funcionamento da ortopedia no Brasil: existem bons profissionais, existem profissionais que trabalham tranquilamente e existem maus profissionais, assim como existem bons padres e maus padres. Mas chama a atenção o valor do honorário e o valor.

Esse hospital ainda está fazendo... Provavelmente, ele foi contratualizado e deve ter metas qualitativas que conseguem fazer uma contratualização interna. E essas contratualizações internas de pagar uma suplementação é uma gambiarra que nos leva ao pior dos mundos, porque não se sabe qual é o Custo Brasil do procedimento. Lá, ele pode ter negociado 500, mas pode-se achar outro hospital que paga 1.000, outro que paga 300, outro que paga 700. Isso está completamente descaracterizado.

Então, a minha intenção nesta CPI é trabalhar muito, após a fase policialesca, no marco regulatório. No mais, quero dizer que compreendo muito bem a sua situação. O senhor tem a minha solidariedade.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Mandetta.

Com a palavra o Deputado Silvio Costa.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Dr. Alfredo, o senhor tem negócios com o seu irmão nos Estados Unidos?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Nenhum.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Dr. Alfredo... Nenhum, né?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Com certeza, não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor tem conta de banco nos Estados Unidos?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não. As minhas contas, eu abri o sigilo delas já há 1 mês.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor tem negócios com o seu irmão na Argentina?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor tem parentes na Argentina?



**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu sou argentino. Eu nasci na Argentina. Vim com 3 meses para o Brasil.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Então, o senhor nasceu na Argentina, mas não tem parente lá?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Tenho.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Então, o senhor é filho Espírito Santo?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Tenho primos, tias e uma avó de 100 anos.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O.k. Então, o senhor tem parentes lá?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Claro.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor tem conta em banco em Buenos Aires?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não. O senhor não tem negócios com o seu irmão?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Nenhum negócio.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Na Argentina?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Nada.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor tem certeza?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Tenho.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Olhe, veja bem, eu quero lhe dar um motivo, porque o senhor pode ter esquecido. O senhor não tem?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não tenho.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não tem.

Diga-me uma coisa: o senhor disse, lá no início, que tinha feito uma cirurgia através de liminar, não foi?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Da doutora famosa lá do Rio Grande do Sul, que o senhor conhece. O senhor disse que só fez uma.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Só fez uma?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Só uma.



**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Diga-me uma coisa, o senhor tinha conhecimento dessa indústria de liminar ou o senhor foi pego de surpresa pelo *Fantástico*?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - A partir dali, eu comecei a ter suspeitas. Foi o que eu disse antes.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não, só a partir do *Fantástico*?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não, não, a partir de que, para mim, surgiu essa situação de uma liminar.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Ah! Quer dizer então que, depois do programa do *Fantástico*, o senhor operou por liminar?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não, antes. Esse caso foi no final de 2012, início de 2013.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor, por liminar, a pedido de quem? Porque liminar sempre alguém pede. A liminar não nasce assim, alguém vai lá e pede para fazer a liminar para...

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim, eu expliquei antes: o paciente teve duas negativas de outros dois colegas.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Hum...

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Era paciente de uma sistemista lá de Gravataí.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Tudo bem, doutor, quero saber quem pediu.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - O paciente veio para mim, eu pedi a cirurgia, normalmente, como se pede por convênio.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Ah!

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Esperei três semanas a cirurgia.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Ah!

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Tentei entrar em contato com o auditor do convênio...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sei.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - ... para tentar autorizar o procedimento.



**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Mas então quem pediu a liminar foi o senhor?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - O paciente voltou...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Doutor eu não quero saber... Doutor, vamos ser diretos, porque, veja bem, doutor, o senhor... Lamentavelmente, eu não pude ficar o tempo todo aqui, mas eu fiquei... Lá no Nordeste, a gente usa a palavra "cubando", "olhando". O senhor não tem nada de santo. O senhor quer posar de santo aqui, mas não tem nada de santo. Eu tenho aqui um bocado de informações sobre o senhor e vou chegar lá. Eu não venho para esta CPI sem antes procurar saber.

Deixa-me falar, diga aqui na CPI: foi o senhor que pediu a liminar, não foi isso?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim, eu emiti o laudo e pedi a cirurgia...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor pediu a liminar, muito bem. Mas por que é que o senhor pediu? Convença-me que o senhor não fez isso com má-fé...

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - O paciente... O paciente era...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Calma, calma, calma, deixe-me terminar a pergunta, deixe-me concluir.

Por que o senhor pediu exatamente à fabricante de liminares, à Dra. Nieli? Por que foi exatamente a essa mulher que o senhor pediu liminar? Por que o senhor não procurou outro juiz, outro advogado? Por que foi exatamente a essa pessoa?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu falei antes: que o paciente também conhecia...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Amigo velho, eu não quero saber de paciente. O paciente não está depondo, quem está depondo é o senhor. Eu estou perguntando ao senhor: por que exatamente o senhor procurou a industrial da liminar? Por quê?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Porque ela é conhecida.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Ah! Então, o senhor sabia da indústria de liminar?



**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não sabia.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Veja bem, o senhor está se contradizendo. O senhor diz que tomou conhecimento na matéria do *Fantástico*. Agora o senhor está dizendo que sabia da indústria da liminar. É isso?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu soube dos fatos dia 4 de janeiro, é isso que eu quero dizer.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Para mim, sempre foi suspeita — e para todos os médicos que conviviam próximo ao meu irmão — a quantidade de cirurgias, e foi dito aqui pelo Dr. Alberto Kaemmerer...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Eu não quero saber, eu estou perguntando ao senhor.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - ... a quantidade de cirurgias.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Veja bem, vamos fazer um negócio: eu estou perguntando ao senhor, e queria que o senhor respondesse o que eu estou lhe perguntando.

Veja, o senhor acaba de dizer aqui na CPI que quem lhe deu essa liminar — foi o senhor que pediu a liminar — foi a mulher, a industrial da liminar, do Rio Grande do Sul. Ponto final, o.k.? E o senhor está dizendo também que procurou essa senhora porque tinha conhecimento que ela agilizava as liminares. Não foi isso que o senhor disse?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não, não. Fui eu que indiquei a Nieli.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Tudo bem. Diga-me uma coisa: o senhor e, evidentemente, toda a família, toda semana, ou de 15 em 15 dias, tem os almoços familiares. É claro que o senhor conversava tudo com o seu irmão. O seu irmão veio aqui.

Eu não estava aqui no dia, mas me parece que ele veio com liminar, ficou calado — o cara que vem com liminar aqui ele já está se condenando; o que não vem com liminar, como o senhor, tenta ver se consegue ser persuasivo. A mim o senhor não está convencendo nada.

A sua relação com o seu irmão sempre foi uma relação de irmão. E o senhor nunca tomou conhecimento que o seu irmão trabalhava desse jeito?



**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu pisei na casa do meu irmão em dezembro de 2008, a última vez. Eu não conheço a minha sobrinha. Talvez o senhor não estivesse aqui, e eu disse: a minha sobrinha está fazendo 5 para 6 anos de idade, e eu não conheço ela.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - E por que o senhor brigou com o seu irmão? Pode dizer?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Nós tivemos um problema. Durante várias cirurgias, que eu ajudava ele, em 2008, naquele ano, problemas de relacionamento, por questão de temperamento, e nós brigamos por causa disso, por incapacidade de conviver no mesmo ambiente.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Mas o senhor não é sócio dele ainda?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não sou sócio desde 2009.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Espera aí. Eu queria entender agora. Quer dizer, então, que o senhor era sócio dele? Aí, teve uma briga...

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu fui sócio de 2003 a 2009.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Mas por que foi a briga, pelo amor de Deus?!

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Exatamente por isso.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Por quê?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Por convívio.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Por que ele fazia coisas erradas, pegava próteses usadas? Era isso?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não, eu não falei isso em nenhum momento. É temperamento. É o modo como ele me tratava e me trata até cinco meses atrás, que foi a última vez que eu convivi com ele.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Eu tenho uma informação aqui no meu Facebook de — eu não vou dizer o nome — oito enfermeiros... Como é o nome do hospital aí, meu Deus? É um negócio de uma energia. Como é o nome do hospital, doutor?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Tem o Dom João Becker...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - E Rainha...



**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não, Hospital Nossa Senhora das Graças.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Certo.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu só atendia nesses dois. Só atendo nesses dois.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Qual era o que o seu irmão era sócio?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sócio de quê?

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O seu irmão não era sócio não, oculto?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Ah, de mim?

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não, veja, do hospital.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não, não sei de sociedade com hospital.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Ele não tinha sociedade oculta?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu não sei se ele tinha.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - E o senhor tinha?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Nenhuma.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Doutor, doutor... O senhor não tinha sociedade com o hospital?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sociedade, não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não. Quem foi que pediu a quebra, hein Presidente, do sigilo bancário do senhor, telefônico e tudo? A CPI pediu?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Foi pedido lá, dia 15 de maio.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Lá onde?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Na do Senado.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Ah, do Senado?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim, foi pedido. Eu autorizei, inclusive.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor autorizou?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim. O Senador Magno Malta me perguntou, e eu autorizei no mesmo momento.



**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Está bom. Então, aqui, o senhor vai autorizar quebrar sigilo de tudo, tudo, tudo, telefone, tudo, salas de cirurgia, se possível...

Diga-me uma coisa. Há quanto tempo o senhor conhece essa Dra. Nieli de Campos Severo?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu conheci ela dia 15 de maio desse ano, quando eu a vi na CPI.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Só?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sim.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Essa história está mal contada. Essa mulher conseguiu uma liminar para o senhor. O senhor operou com liminar dela e diz, agora, que só conheceu essa senhora no dia 15 de maio?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não foi para mim. Foi para o paciente, não é? Um paciente com artrose. Eu expliquei aqui, o paciente...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Doutor, foi para o paciente, pronto. Quanto foi que custou essa cirurgia aí?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Já expliquei que eu vou procurar isso.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor não sabe não?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não sei. Eu vou procurar.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Evidentemente, eu vou perguntar já sabendo a resposta. O senhor vai ganhar um prêmio aqui agora.

Veja bem: de cada 10 liminares que foram conseguidas, 10, em 11 teve safadeza; a sua não. De cada 10 liminares, em 11 o juiz ficou com um pedaço, o hospital — o senhor está ficando pálido — com um pedaço e o médico com outro. O senhor quer dizer a mim, olhando nos meus olhos, que o senhor fez uma cirurgia por liminar com a mesma juíza lá que conseguiu essa doutora e o senhor saiu ileso desse negócio? Não teve negociata?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu já relatei que eu recebi os meus honorários do plano de saúde. E, em segundo lugar, essa liminar, eu já expliquei antes, que o paciente veio encaminhado para mim de um médico do trabalho, da



empresa, lá de Gravataí. Já tinha duas negativas de cirurgia. E eu pedi a cirurgia normal, como eu sempre faço.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Presidente, eu queria pedir uma acareação entre os irmãos. O problema é que o outro irmão chegou aqui com liminar. Eu tenho informações aqui, via Facebook, de que isso é um jogo combinado.

Está aqui. Eu nem sabia que esse cidadão vinha, ontem. Ontem à noite eu estava com o meu Facebook: amanhã, vai estar o Sr. Alfredo não sei de quê lá aí; é um jogo combinado com o irmão. A informação é a de que tem milhões de reais nos Estados Unidos — é bom checar, ele disse que não tem conta nos Estados Unidos —, que tem não sei quantos milhões na Argentina — é bom checar também, ele está dizendo que não tem. Eu não sei como é que a CPI vai fazer. São as informações de, inclusive, funcionários que conhecem lá. Eles são profundamente atuantes no Rio Grande do Sul, muito atuantes no Rio Grande do Sul. E essa briga que eles tiveram lá atrás foi briga de sociedade — é a informação que a gente tem —, sociedade oculta.

Todo mundo sabe — Deputado Mandetta, V.Exa. que é médico — que o epicentro desse terremoto, que é essa questão das próteses, é o Rio Grande do Sul. Todo mundo sabe. E aí o doutor está aí sentado, dizendo que o irmão dele é culpado, mas ele não é. Ele é o bonzinho da história, e o irmão é ruim. Ele brigou com o irmão por problemas, e não sabemos qual é o problema.

O senhor devia pelo menos dizer aqui... Porque a informação é que veio uma pessoa aqui e disse: *“Não, olhe, esse cidadão veio ajudar.”* Até agora o senhor não disse por que brigou com o seu irmão. O senhor brigou por motivos médicos ou financeiros?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não foi médico nem financeiro; foi relacionamento pessoal, de temperamento. O Fernando já está sendo investigado. Está, inclusive, ameaçando um ex-residente dele. É questão temperamental, de convívio. Eu não conseguia conviver com o meu irmão. E se o senhor quer saber, isso me dói. Eu não estou aqui fazendo de conta. Isso me dói, me dói bastante.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor tem quantos anos?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Tenho 42 anos.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - E o seu irmão?



**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu sou 1 ano mais velho, 1 ano e 6 meses.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Então, os senhores conviveram 33 anos numa boa. Aí, depois, por temperamento, brigaram.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Nós sempre tivemos problemas, na adolescência, brigas normais de irmãos. Depois, na vida profissional, a coisa piorou. Ele tem um princípio de vida. Ele tem uma vontade de trabalhar de um jeito, e eu trabalho de outro.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Como é o jeito como ele trabalha?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Vocês estão investigando.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Mas o senhor não veio para ajudar? O senhor não é um homem limpo? Por que o senhor não diz aí como é que ele trabalha?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Eu ainda não tive acesso a coisas, se ele realmente assinou por mim, mas eu vou ter esse acesso. Aí, eu vou poder lhe dizer.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Olha, eu não sou o Relator da CPI, mas se eu fosse, eu denunciaria o senhor. O senhor não está falando a verdade. O senhor não está falando a verdade. Era bom...

Quem é que fazia lá no Rio Grande do Sul, recebia a propina através dessa Nieli? O senhor tem informações?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não sei lhe dizer.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor conhecia alguém que apareceu naquela reportagem do *Fantástico*, no Rio Grande do Sul?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - De quem o senhor fala?

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Fora o seu irmão, o senhor conhecia alguma pessoa lá?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - O meu irmão eu conheço.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não, não é seu irmão não, porque chegou um aqui que não conhecia o irmão, não sabia o nome do irmão.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Pois é, mas...



**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Mas, fora o seu irmão, outros atores apareceram no *Fantástico*. O senhor conhecia os outros?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não, não. Não conheço.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Nenhum.

Da sua equipe médica que fez essa cirurgia, só uma cirurgia da liminar, quantas pessoas foram? O senhor lembra?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Da equipe?

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Da sua equipe que foi com o senhor para a sala de cirurgia.

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Sou eu e o meu auxiliar e o anestesista, não é?

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - E o anestesista. E eles sabiam que estava sendo feito por liminar aquilo?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Não sei lhe dizer.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não sabe. Mas o senhor pediu a liminar preocupado com a saúde do ser humano?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - E o paciente está muito bem hoje, muito agradecido. Consultou comigo há pouco tempo e me disse a seguinte frase: "*Eu estou me sentindo um guri*". O senhor pode conversar com ele. Eu vou conseguir o nome dele aqui.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - E essa prótese foi de quê?

**O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH** - Uma artroplastia total de quadril não cimentada, cerâmica-cerâmica, num paciente de 46 anos de idade, bombeiro de uma sistemista de Gravataí.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Está bom, Presidente. Paciência! Eu não sou mágico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Vamos passar, imediatamente, para a oitiva do Sr. Dr. Nilvio de Campos Severo.

Esta Presidência informa que o Sr. Nilvio de Campos Severo será ouvido na qualidade de investigado, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes a esta condição. Entretanto, informo que a colaboração do Sr. Nilvio de



Campos Severo certamente elucidará fatos investigados por esta Comissão e terão efeito nas conclusões do nosso trabalho.

Eu concedo a palavra ao Sr. Nilvio de Campos Severo, médico, que disporá de até 20 minutos para a sua intervenção.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Presidente, eu estou estarrecido aqui! Normalmente, em toda CPI de que eu participei, o depoente fica aguardando numa sala. O senhor Nilvio ficou aí o tempo todo, ouvindo a gente interrogar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Essa foi a decisão do Plenário da Comissão.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Meu Deus do céu! Então, inscreva-me aí, depois do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - A decisão do Plenário... V.Exa. poderá se inscrever. Aqui, o Deputado é que se inscreve. Essa foi a decisão do Plenário da Comissão, e eu sigo a decisão da maioria.

O senhor tem 20 minutos para a sua intervenção.

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputados. Eu queria me apresentar aqui. Eu sou...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Gostaria que a Presidência já colhesse as assinaturas dos Srs. Deputados que se inscreverão para fazer os questionamentos ao Sr. Nilvio de Campos Severo.

Sr. Nilvio, o tempo correrá a partir de agora.

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Certo. Eu sou Nilvio de Campos Severo, tenho 55 anos, sou natural...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Só 1 minutinho. Eu dispenso aqui o Dr. Alfredo Sanchis Gritsch, para que ele possa deixar este recinto. Por favor.

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Eu sou Nilvio de Campos Severo, tenho 55 anos; sou natural de Pelotas, no Rio Grande do Sul; sou casado há 28 anos com uma médica pediatra; pós-graduado em Homeopatia; tenho dois filhos estudantes; e moro e atuo exclusivamente em Porto Alegre. Fiz o meu 1º grau em Pelotas, no Rio Grande do Sul, até o admissão, e o 2º grau em Porto Alegre, no



Colégio Rosário. Após duas tentativas no vestibular, passei na Faculdade Fundação Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre.

Fui monitor, durante 1 ano, de Anatomia, durante a minha graduação; trabalhei como voluntário no Pronto-Socorro Municipal de Porto Alegre durante 8 meses; e fiz a minha residência em Ortopedia e Traumatologia no Hospital São Lucas da PUC, onde o meu trabalho de conclusão foi sobre a amarrilha sublaminaar, um procedimento na coluna cervical, ganhando nota máxima pela Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia e tendo como prêmio esse artigo publicado na *Revista Brasileira de Ortopedia e Traumatologia*.

Faço parte do corpo clínico dos principais hospitais de Porto Alegre. Sou formado há 29 anos e sou especialista em Ortopedia e Traumatologia há 27 anos. Sou membro de várias sociedades, entre elas a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia; a Sociedade Brasileira de Coluna; o Comitê de Cirurgia Minimamente Invasiva, da Sociedade Brasileira de Coluna; membro da Sociedade Latino-Americana de Coluna Vertebral, membro da AOSpine Internacional; membro fundador da AOSpine Latin America; da The Spine Society of Europe; North American Spine Society; e membro também, titular, da Sociedade Brasileira de Perícias Médicas.

Essa é uma breve apresentação, para me conhecerem um pouco.

Quando recebi o convite, de pronto — convite não, a convocação — vim aqui. Estou disposto a ajudar no que for possível. No que for do meu conhecimento, estou disposto a ajudar vocês.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Passo a palavra ao Sub-Relator de Sistematização, o Deputado Odorico Monteiro.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Sr. Presidente, o Dr. Nilvio de Campos Severo gostaria de...

O senhor sabe os motivos pelos quais está aqui agora?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Sim, para esclarecer os fatos desta CPI. Foi o que veio na convocação.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Eu queria que o senhor contextualizasse como vê esses fatos e como é que se insere neles, nesse processo.



**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Eu não me insiro nesses fatos. Eu não estou inserido nesses fatos.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - O senhor fez residência em qual hospital?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Residência? No Hospital São Lucas da PUC.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Hoje, o senhor participa de algum programa de residência?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não mais. Eu...

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Até quando o senhor participou?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Até 2009, mais ou menos. Eu trabalhei... Posso falar?

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Pode!

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Eu trabalhei 19 anos num dos maiores hospitais de SUS deste País, que é o Grupo Hospitalar Conceição. Desses 19 anos, eu trabalhei 9 anos dentro da traumatologia-ortopedia, dentro da área da coluna e, jamais, tive qualquer paciente com liminar. Nesse meu período todo em que eu trabalhei com o SUS... Não trabalho mais desde 2009, mas, nesse período todo, eu jamais tive um paciente com liminar.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Por que é que o senhor saiu do Grupo Hospitalar Conceição?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Porque eu resolvi. Após conversar com vários colegas experientes lá eu ouvia dele a mesma palavra: *“Se tu tiveres condições, tiveres um consultório bom, ou tu sai agora neste período que tu tá há muito tempo aqui dentro ou tu não sai mais”*. São as pessoas que estão há muito tempo lá dentro, meus colegas de muitos anos. A gente acostuma com o salário que ganha, que é um salário muito bom, e fica durante muitos anos, até o fim da vida, mas sempre com o mesmo salário, porque demanda muito tempo lá dentro.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - O senhor teve... Como é que, nesse processo do cotidiano da sua prática médica, no dia a dia, como é que é a sua relação com a indústria?



**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Desculpe-me, podia repetir a pergunta?

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - No cotidiano da sua prática médica.

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - O senhor faz, em média, quantas cirurgias por mês?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Muito bem. É o seguinte — eu até fiz um levantamento: eu atendo 11 pacientes por dia no meu consultório. Eu atendo todas as manhãs no meu consultório. Isso significa 220 pacientes por mês. É sabido em toda a literatura mundial que se houver...

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Eu queria que o senhor falasse...

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Eu vou especificar, eu vou especificar.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - ... do seu cotidiano, sem rodeios, por favor.

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não, não, isso aí é importante para o senhor entender.

Sabe-se na literatura mundial que 5% de toda a população que se atende, do número de pacientes, é viável um procedimento cirúrgico. Isso é aceito em toda a literatura mundial.

Então assim, eu fiz um levantamento e, no ano de 2003, eu tenho uma média/mês de 6,9 cirurgias, por mês; no ano de 2014, 7 cirurgias por mês; e no ano de 2015 até agora, 6,5 cirurgias por mês.

Eu atendo exclusivamente convênios e particulares, mas basicamente 99% dos meus procedimentos são da UNIMED e IPE, que são o carro-chefe dos meus atendimentos.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - O senhor conhece o Sr. Larson Hermilo Strehl?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Qual a sua relação com ele?



**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Conhecido; ele é um conhecido.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - O senhor é cliente dele como médico?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Trabalha com o material dele?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Trabalho.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Praticamente todo o seu material é...

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não. Eu atendo... Eu faço cirurgias com vários materiais, de várias empresas.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - O senhor é consultor ou sócio oculto da PROHOSP implantes?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Não tem nenhuma relação com a PROHOSP Implantes?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Nada, nenhuma relação.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - O senhor é irmão da Dra. Nieli de Campos Severo?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Sim, sou.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - O senhor tem alguma... Quantas dessas cirurgias que o senhor faz, quantas são através de liminares emitidas pela Dra. Nieli de Campos Severo?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Nenhuma, zero.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - O senhor nunca operou...

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Nunca operei cirurgia com ela, liminar dela, nem nunca encaminhei um paciente para ela. Nunca.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Como é que o senhor vê então a relação... Porque, veja só, no Rio Grande do Sul nós temos... Nós estamos numa situação muito delicada, porque o Rio Grande do Sul é considerado o rei da liminar e a Dra. Nieli de Campos Severo a rainha das liminares. Como é que o senhor avalia isso como médico, como profissional? Como o senhor vê essa questão da indústria das liminares?



**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Olhe, eu não tenho conhecimento específico disso. A gente ouve por toda a mídia, por tudo que está acontecendo. Agora, para mim, é muito claro: cada um na sua área. Eu não me envolvo na parte jurídica, ela não se envolve na parte médica, não tem relação específica nenhuma.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - O senhor diz que faz uma média, pelo que eu estou entendendo aqui, de 80 cirurgias por ano.

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Exato.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - E o senhor reside num dos bairros mais luxuosos de Porto Alegre. Então, praticamente, os seus honorários vêm de sociedade, ou de consultoria, porque são poucos procedimentos cirúrgicos, ou é só o consultório?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Eu tenho consultório, eu tenho meus procedimentos cirúrgicos, e eu auxilio cirurgias também.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - O senhor está dizendo que faz uma média de seis a sete cirurgias por mês. E quantas cirurgias o senhor auxilia, fora as que o senhor faz pessoalmente?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Provavelmente mais umas sete, oito cirurgias.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Então o senhor só faz, aproximadamente, 14 cirurgias por mês, entre as que auxilia e as que o senhor faz?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Fora isso, o senhor não faz nenhum tipo de procedimento?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não.

Ah, eu... Tem mais um detalhe. Eu sou perito estadual e federal; sou perito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e sou perito federal da 4ª Seção. Eu faço perícias médicas. Eu faço, em média, umas 20 perícias por mês.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - O senhor é perito de todas as áreas ou vocacionado mais para ortopedia?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Ortopedia e traumatologia.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Então o senhor pode fazer um procedimento e o senhor ser perito da sua própria cirurgia.



**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não. Impossível. Não tem como.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - O senhor opera no Hospital Divina Providência?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Opero.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Nunca operou com nenhuma liminar da Dra. Nieli lá?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Nunca.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Então nunca o senhor operou no Divina Providência com uma liminar da Dra. Nieli.

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Nunca.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - O senhor usa implantes de alguma fábrica alemã?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Fábrica alemã? Uso.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Qual?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Da Aesculap.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - E o senhor não tem nenhuma relação de (*ininteligível*) dessa fábrica, de consultor, de treinamento?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Nenhuma.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - O senhor nunca utilizou o seu espaço cirúrgico para capacitação, treinamento e nenhum tipo de profissional a pedido de qualquer uma das indústrias das quais o senhor era consultor?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Nunca.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - O senhor é consultor de alguma dessas empresas?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Nem de indústria, nem de representante?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não, não sou.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - O senhor conhece o neurocirurgião Sérgio Lutz?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Conheço.



**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - É seu colega? Vocês operam juntos?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Meu colega. Operamos.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Ele é consultor de alguma dessas empresas? Ele trabalha como (*ininteligível*) de alguma?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Que eu conheça, não.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - O senhor já ganhou alguma propina da PROHOSP Implantantes?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Nunca. Na vida do senhor, o senhor nunca teve nenhuma relação... Todos os seus honorários são compostos única e exclusivamente...

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Todos os meus honorários são compostos...

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Praticamente UNIMED.

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - UNIMED e perícias.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - O senhor se incomoda de dizer quanto o senhor recebe, mais ou menos, de honorários da UNIMED por mês?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Ele é um pouco variável. Mas é uma média de uns 15 mil a 17 mil reais. Talvez um pouco mais.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - O senhor opera com o neurocirurgião Sérgio Lutz?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Pelo que estou entendendo aqui, o senhor praticamente não tem nenhum envolvimento com a sua irmã nem com toda essa... Nós estamos aqui diante de uma situação... O Rio Grande do Sul tem 113 liminares, ações judiciais. Nenhuma está envolvida... A sua irmã está, mas você não está.

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Sim. Eu gostaria de falar também um dado que eu acho importante. É que eu também sou auditor de um grande convênio nacional. E a minha função é justamente — quando é pedido um procedimento cirúrgico e eu avalio, examinando o paciente — ver se a cirurgia é a mais indicada,



se o que foi solicitado é o que está dentro das normas. Então, eu normalmente nunca tenho problemas em solicitar os materiais para os convênios, porque eu solicito única e exclusivamente o que é permitido. Não adianta a gente solicitar um material que o convênio não oferece.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - De qual convênio que o senhor é auditor?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Eu posso passar para vocês aqui o meu currículo. Eu só gostaria de não falar o convênio. Mas está aqui dentro do meu currículo. Eu passo para a CPI. E aqui dentro está o nome do convênio, sem problemas. Eu não queria expor o convênio, para não haver nenhum tipo de prejuízo para mim.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Então, o senhor é auditor, o senhor é perito de toda essa área de trauma.

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - O senhor pode achar que pode acontecer de a irmã do senhor dar uma liminar; um colega, no caso o Fernando Sanchis, fazer o procedimento; e o senhor ser o auditor de todo o processo? Já aconteceu algum caso... Essa triangulação já tem acontecido?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não. Isso, não. Pedir a liminar e?... Não.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Veja só. Quem pede a liminar é... Há uma articulação entre o Sr. Fernando Sanchis e a sua irmã, que é advogada. Consegue a liminar. Aí faz o procedimento cirúrgico. E você vai ser o auditor dos equipamentos que foram entregues e depois você vai ser o perito da própria cirurgia. Você audita, você autoriza o procedimento, sua irmã pede a liminar, o Fernando faz a cirurgia, e você é o perito e auditor do plano ao mesmo tempo? Você não acha que é muita facilidade?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Mas não é assim que funciona. Deixe eu explicar.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Como é que funciona? Pelo o que eu estou entendendo, o esquema funciona nesse nível.



**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Mas não é assim. O médico solicita para o convênio uma cirurgia, certo? Aí, essa cirurgia é analisada por uma segunda e uma terceira opinião. No momento em que esse procedimento...

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - E essa opinião é sua, como auditor.

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Como? Raramente... Raramente... Aí, no momento em que... Não existe uma conformidade, é obrigação. Está no Conselho Regional que os auditores têm que enviar e dizer o motivo por que estão negando. Só aí o médico decide se vai entrar na Justiça, ou se não vai entrar, como é que é feito. Mas não é depois, é antes que é feito isso. É antes.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Sr. Presidente, satisfeito, mas estou convencido de que o Sr. Nilvio está totalmente implicado em todo o processo, embora ele negue.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Passamos a palavra ao Deputado Silvio Costa.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sr. Nilvio, por que o senhor foi à Alemanha visitar a fábrica de Aesculap?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Eu fui fazer um treinamento, quando eu estive na Alemanha, uns 10 anos atrás mais ou menos. Eu estive lá. Eu fiz três treinamentos, ou quatro treinamentos, sobre os materiais para poder estar capacitado e usar aqui no Brasil.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Ah... Então, o senhor foi lá como médico, como perito... porque o senhor faz um gol de placa. O senhor é médico... O senhor não é médico?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Sou. Sou médico.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor é médico, ao mesmo tempo o senhor fiscaliza. O senhor foi à Alemanha como médico, ou como fiscal de cirurgias?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Eu fui à Alemanha como médico, mas eu não sou fiscal de cirurgias.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Qual é a sua função? O senhor é perito em que, afinal de contas?



**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Eu sou perito. Normalmente, 99,9% de todas as perícias que eu faço são de pessoas que pediram aposentadoria pelo SUS, invalidez temporária, e que não foram locupletadas pelo perito do Estado.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor aposentou quantas pessoas?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Quem aposenta é o juiz, não sou eu.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sim, mas passou pelas suas mãos, pelo seu talento. Quantas pessoas mais ou menos?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Eu não tenho essa ideia exatamente de quantas pessoas eu *(ininteligível)*.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Rapaz, este País não tem jeito, não!

Por que o senhor anda de carro blindado?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Eu não tenho carro blindado.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor não tem carro blindado, não?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Quantas liminares a sua irmã conseguiu lá, no Rio Grande do Sul? Porque eu tenho informação de que o senhor ficava com 40%. Eram 40 ou menos?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não, senhor. Não existe isso.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Ah, então, é o seguinte: a sua irmã conseguia a liminar, e o senhor não tinha nenhuma participação. O senhor quer que a gente acredite nisso?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Olha, Deputado, estou dizendo para o senhor que eu não tenho nenhum vínculo com a parte jurídica dela. Não tenho nenhum vínculo...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não... Veja, o senhor quer... O senhor... Veja bem, o senhor quer que a gente acredite... é porque eu não sou evangélico, senão eu ia pedir para o senhor jurar pela Bíblia. Eu não sou. Mas o senhor quer que a gente acredite — eu tenho três netos — que sua irmã é a industrial da liminar, que o senhor é médico... O senhor também é ortopedista?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Sou ortopedista.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - É médico ortopedista. Sua irmã deu as liminares, e o senhor, de forma talentosa, por sinal... *Olha, eu não vou operar com*



*liminar sua, não, porque eu vou deixar aí a minha marca...* O senhor organizava tudo lá... Todo mundo dizia: *bora falar com a irmã de Nílvio para a gente conseguir a liminar...* O senhor operava as liminares. O Brasil todo sabe disso. O senhor está sendo investigado por conta disso... O senhor já foi à Polícia Federal depor?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não. Já foi ao Ministério Público Federal?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não. Presidente, eu não sei se já pediram para quebrar... É para quebrar tudo desse homem, por favor. Tudo o que é sigilo tem que quebrar esta CPI.

O senhor conhece um tal de Larson?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** -. Sim, conheço.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Quem é esse homem?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Ele é o diretor de uma empresa, da PROHOSP.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Larson Hermilo Strehl.

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Por que o senhor toma tanto uísque com ele, conversa tanto com ele, sai tanto com ele? Eu não tenho o direito de entrar nas suas amizades, mas por que vocês são tão amigos, se você é médico e ele é dono de uma empresa de prótese?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Primeiro que eu não bebo uísque. Segundo...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Vinho, bebe qualquer coisa. Água, pronto.

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Segundo, que ele é tão conhecido como qualquer outro dono de outras empresas, assim como os representantes de remédio.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor sabia que ele está sendo investigado pelo Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul e pela Polícia Federal?



**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sabia não?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Tá bom. O senhor é amigo dele há quanto tempo?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Eu sou conhecido dele.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não, o senhor disse que... Há quanto tempo o senhor é conhecido dele?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Em torno de uns 10 anos, mais ou menos, 9 anos, 10 anos.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor tem quantos amigos distribuidores de órteses e próteses?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Conhecido, eu tenho... Olha, a gente conhece praticamente todos os donos da maioria das empresas que têm... Eles acabam visitando a gente, a gente se encontra em congressos. Evidentemente que a gente conhece essas pessoas.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Qual é a sua relação com o Dr. Evandro Porto?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Nenhuma.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Nenhuma relação?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - E me diga uma coisa, fale-me um pouco sobre esse Hospital Moinhos de Vento.

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Desculpe, como?

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Um hospital chamado Moinhos de Vento, lá de Porto Alegre.

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - O Hospital Moinhos de Vento... Inclusive, em 2008, eu fui convidado pelo médico-chefe da coluna para montar um protocolo, porque, como o Dr. Kaemmerer esteve aqui e comentou, o Mãe de Deus saiu na frente do Moinhos de Vento. O Mãe de Deus já tinha o seu protocolo na sua equipe lá, que, baseado em evidências, determinaria quais as cirurgias mais comuns e o que se poderia usar nas cirurgias. Sem isso, os...



**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Tudo bem. Mas, quando o senhor assumiu essa função, parece que a quantidade de liminares aumentou. Procede essa informação?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não. Em 2008, nem tem liminar em 2008.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Tem não? Quando foi que sua irmã começou a fabricar liminar?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Olha, eu desconheço que ela fabricasse liminar, mas eu não tenho ideia de quando é que ela começou a fazer isso. Eu não sei.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor não tem a menor ideia, não?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não tenho. Eu gostaria...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não, mas eu já estou satisfeito. Calma! Espere aí. A sua explicação... Porque é o seguinte, doutor, aqui é o seguinte: é a gente que pergunta. E o senhor... entendeu? Mas, veja, deixe-me fazer mais algumas aqui. O senhor tenha uma pacienciazinha, Presidente. Vai ter votação nominal, está tendo, depois a gente consolida lá.

Como é o nome do bairro em que fica seu consultório?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - O bairro é Cristal.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - É bairro o quê?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Cristal.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Cristal. O senhor é médico há quanto tempo?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Há 30 anos.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Trinta anos. Diga-me uma coisa: essa empresa (*ininteligível*) e EQUIMED, o senhor pode falar um pouco sobre elas?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Sobre...?

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sobre o que o senhor quiser? O senhor não tem relação?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor não é sócio de nenhuma empresa?



**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Nenhuma.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Doutor, o senhor é sócio de três empresas de órtese, exatamente porque a sua irmã conseguia as liminares. O senhor é sócio oculto. Como é o nome da pessoa que o senhor colocou para representar o senhor?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Eu não sou sócio de nenhuma empresa.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não é sócio de nenhuma empresa?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor está sendo investigado por quem?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Eu só vim aqui para prestar esclarecimento.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sim, eu estou perguntando!

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Eu não sei.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Mas, o Presidente não disse que o senhor estava aí na condição de investigado?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - A informação da consultoria foi essa aí?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Se ele está na condição de investigado, investigado pela CPI ou tem Ministério Público no meio, Polícia Federal? Como é isso? Eu queria essa explicação.

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Eu não fui chamado na Polícia Federal nem no Ministério Público nem na Polícia Civil, nada.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Ah, então, ele não está como investigado. Ele está como depoente.

O senhor apareceu no *Fantástico* ou não?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não. Rapaz, que homem seguro é esse!



Diga-me uma coisa, doutor, a sua irmã, em algum momento, conversou com o senhor sobre a preocupação que ela tinha com essa liminar?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Deputado, existe uma coisa: que a minha irmã defende médicos em outras situações. E, para o médico, ser processado é terrível! Ninguém gosta disso, em nenhuma situação. Mas na eventualidade é uma coisa muito sofrível. E não é bom, e a gente nunca comentou e nunca falou; e a gente nunca comentou sobre o que é que ela estava fazendo, que médicos que ela defendia, como é que ela não defendia. Enfim. Porque isso... Como é que iriam pedir as situações para ela se ela comentasse comigo? Ninguém se sentia à vontade. Não tem como isso.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - A sua irmã visitava muito o seu consultório?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - O meu consultório, não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não!

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - A sua irmã nunca esteve em seu consultório? O senhor visitava muito o escritório dela?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Quer dizer que a sua irmã colocava liminar adoidado, e o senhor nunca comentou nada com ela sobre isso? Não conversou com ela sobre isso? Sinceramente.

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Sinceramente, não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Rapaz, e eu tenho que acreditar nisso. É impressionante! Agora, eu digo uma coisa ao senhor: eu não acredito em nada do que o senhor está me dizendo. Mas com uma coisa eu tenho que concordar: até agora, quem melhor mentiu na CPI foi o senhor, que é de uma segurança, calmo, não fica pálido. Mas a gente vai continuar com essas perguntas.

Diga-me uma coisa: o senhor tem irmãos?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Tenho.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Médicos também?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não, não, só a minha irmã.



**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Só a sua irmã. O senhor é funcionário federal ou estadual?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Nenhum dos dois.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Mas o senhor não é perito?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Particular?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor tem contrato com que empresas?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Nenhuma.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Mas perito particular, um cara não contrata? Uma empresa não o contrata para fazer a perícia?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não, não, não. Eu sou inscrito no Tribunal de Justiça Federal e Estadual, e os fóruns me mandam os processos, e os pacientes vão ao meu consultório, eu examino eles e dou o parecer da perícia.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor continua fazendo perícia?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Continuo.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Mesmo depois desse rolo todo da órtese, o senhor continua?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Continuo.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Quem foi o autor do requerimento de convocação do doutor? O senhor sabe, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Odorico Monteiro) - Foi do Deputado João Carlos Bacelar o requerimento.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor está aqui por quê? Porque foi convocado. Não me responde isso, não.

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Lamentavelmente, o Deputado Bacelar não está aqui, porque eu queria perguntar o motivo da sua convocação, porque eu estou estarecido com uma coisa aqui: o senhor continua com contrato com o poder público e o senhor está no furacão de uma CPI?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Eu não tenho contrato.



**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Tem convênio?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não tenho convênio.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - E como é feito isso? É de boca?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não, não é. Eu me inscrevo lá como ortopedista, certo, tenho que apresentar o currículo, tenho que apresentar todas as credenciais exigidas, e, a cada perícia que eu faço, daqui a 6 meses, 4 meses, dependendo da evolução do processo, eles depositam o dinheiro na minha conta.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - É. Pela primeira vez, eu estou me sentindo incompetente para interrogar. Eu estou precisando de informações, e eu não tenho. O Deputado João Carlos Bacelar não veio aqui, e as informações que me passaram aqui são pueris, a não ser que apareça umas aqui.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Doutor, diga-me uma coisa: o senhor, em algum momento aí, disse para mim que era perito só do INSS, não foi? A maioria... Aposentar o povo, não é isso?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não, o senhor disse, em determinado momento. O senhor disse.

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Mas o senhor é perito evidentemente para embasar decisão judicial, não é isso? A decisão baseia-se naquilo que o senhor fala, não é isso?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não necessariamente.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Diga-me uma coisa, veja bem, o senhor sabe que mentir na CPI é bronca. O senhor embasou alguma decisão de sua irmã?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não. *(Pausa.)* Não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor pensou muito para responder. O senhor não embasou nenhuma decisão de liminar de sua irmã?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Tá bom, Presidente. Eu estou...



*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Tem mais informação? Cadê? Olha aqui, informação nova — você devia estar sentado perto de mim aqui.

O senhor subscreveu orçamentos que instruíram ações judiciais em face do IPESAÚDE em favor da INTELIMED e PROHOSP?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Se eu subscrevi?

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Vou repetir. O senhor subscreveu orçamentos que instruíram ações judiciais em face do IPESAÚDE em favor da INTELIMED e PROHOSP?

**O SR. NILVIO DE CAMPOS SEVERO** - Não, não subscrevo.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Bom, Presidente, eu estou insatisfeito, porém, tenho que dizer que é um bom ator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Com a palavra o Deputado Odorico Monteiro.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Sr. Presidente, eu considero que o nível de sofisticação em que o nosso investigado conseguiu dissimular as perguntas... Eu considero necessário pensar uma acareação entre ele e a Dra. Nieli. Eu entendo que a forma como ele deixou de explicar algumas situações compromete os trabalhos. Eu acho que temos de ampliar essa investigação, porque, de um lado, ele é perito, de outro lado, ele é auditor, de outro lado, ele tem um nível de procedimento incompatível com o que ele afirmou aqui. Então, eu sugiro inclusive solicitarmos à UNIMED do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, um conjunto de procedimentos realizados por ele, para que possamos fazer aí uma avaliação. Eu acho que é importante a quebra do sigilo dele, como foi solicitado pelo Deputado Silvio, para que possamos aprofundar o envolvimento dele no esquema de indústrias de liminares no Rio Grande do Sul.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Esta Presidência aguarda a feitura do requerimento, para que possamos aprová-lo na próxima sessão.

Eu gostaria de comunicar aos senhores membros da Comissão, até para cumprir um acordo que nós fizemos com o Delegado Marcelo Freitas, Delegado Chefe da Operação Desiderato, de que parte da audiência que nós haveremos de



fazer em Montes Claros fosse reservada, na medida em que os médicos que fizeram delação premiada não querem falar em público, querem falar numa reunião reservada. Nós vamos iniciar a audiência pública lá aberta e finalizá-la numa audiência reservada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Antes, porém, convoco reunião para amanhã, dia 17 de junho, quarta-feira, às 14 horas, no Plenário 10, com a seguinte pauta: tomada de depoimento reservado, conforme Requerimento nº 135, de 2015. Amanhã também haverá deliberação de requerimentos que forem protocolados até a data de hoje.

Nós agradecemos ao Sr. Nilvio de Campos Severo e damos por encerrada a presente reunião.

Boa noite.